



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ELIZANGELA VALE CUNHA

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO MONTENEGRO.**

FORTALEZA
2013

ELIZANGELA VALE CUNHA

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO MONTENEGRO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas de Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- C977p Cunha, Elizangela Vale.
Programa Mais Educação : avaliação do processo de implementação na Escola Municipal Casimiro Montenegro / Elizangela Vale Cunha. – 2013.
98 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Avaliação de políticas públicas.
Orientação: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.
- 1.Educação e Estado – Fortaleza(CE). 2.Educação integral – Avaliação – Fortaleza(CE).
3.Programa Mais Educação(Brasil). I. Título.

ELIZANGELA VALE CUNHA

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL CASIMIRO MONTENEGRO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas de Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Elione Maria Nogueira Diógenes (Presidente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr. Francisco Ari Andrade (Membro Interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Rosemeire Reis (Membro Externo)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

À minha família, a quem devo tudo o que sou, inclusive a opção por ser educadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente enchendo minha vida de bênçãos, obrigada Senhor.

Aos meus filhos queridos, que dividiram comigo horas de trabalho com afinco, que são os motivos pelos quais quero batalhar cada vez mais, para que eu possa contribuir com o futuro deles.

Ao meu marido, Fábio Paz, pela compreensão e companheirismo nesta jornada, o meu amor.

Aos meus pais Regina e Gonzaga, exemplos de luta e perseverança, e que se sacrificaram para dar a mim e aos meus irmãos uma educação consistente

Aos amigos da Secretaria de Educação de Fortaleza, pelo apoio recebido no ambiente de trabalho.

Aos irmãos e amigos pelo incentivo que me deram desde o processo seletivo do curso até conclusão deste trabalho, a minha gratidão.

A todos que fazem a Escola Casimiro Montenegro, pelo acolhimento e gentileza com que me receberam, meus votos de sucesso.

Aos colegas do curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, particularmente, Francineide Pinho e Tânia Roberta que transformaram as horas de estudo em momentos alegres e inesquecíveis, a minha sincera amizade.

A professora Doutora Elione Maria Nogueira Diógenes, por ter conduzido a orientação deste trabalho num clima de tranquilidade e por tê-lo enriquecido com seus conhecimentos, a minha admiração.

Aos membros da banca examinadora, pelo compromisso e sabedoria com que conduziram o processo, a minha gratidão.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me acompanharam nesta trajetória e me apoiaram com suas palavras de apoio, de conforto e de motivação.

RESUMO

A presente pesquisa tem no objeto de estudo o Programa Mais Educação, política pública de educação integral, através da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem, instituída pelo Ministério da Educação (MEC). O estudo tem como objetivo principal avaliar o processo de implementação do programa, através do estudo de investigação em uma escola pública do município de Fortaleza – CE. Para tanto escolhemos como *lócus* a Escola Municipal Casimiro Montenegro. Estudamos diferentes concepções e práticas de educação integral, encontrado em autores como: Anísio Teixeira (1962), Paulo Freire (1968), Guará (2006), Cavaliere (2000), dentre outros que fundamentaram a investigação. Refletimos sobre as concepções de educação integral presentes nos sujeitos envolvidos e analisamos o cotidiano escolar e as repercussões decorrentes do Programa Mais Educação na comunidade local, e relacionamos, ainda, com a intersetorialidade. O estudo parte do pressuposto de que a escola sozinha não é capaz de desenvolver integralmente seus alunos. Trata-se de uma pesquisa avaliativa, com abordagem qualitativa, que buscou contemplar a voz dos diversos sujeitos por meio de entrevistas e grupos focais, que foram determinantes para a coleta de dados. Possibilitou perceber as ações do Programa para a construção de uma prática intersetorial.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Educação Integral. Políticas Públicas para Educação. Intersetorialidade.

ABSTRACT

The object of study in this research is the More Education Program, a public policy of comprehensive education through expansion of the times and places of learning established by the Ministry of Education (MEC). The study aims at evaluating the implementation process of the program, through the research study in a public school in Fortaleza - CE, therefore chosen as the locus Municipal School Casimiro Montenegro. We study different concepts and practices of holistic education, found in authors such as: Teixeira (1962), Paulo Freire (1968), Guara (2006), Cavaliere (2000), among others which motivated the research. We reflect on the concepts of comprehensive education present in subjects involved and analyze the school routine and the repercussion of More Education Program in the local community, and also relate to the intersectionality. The study assumes that the school alone can not fully develop their students. It is an evaluative study with a qualitative approach, which sought to include the voice of many subjects through interviews and focus groups, which were instrumental in data collection. It enabled to perceive the actions of the Program for the building of an intersectoral practice.

Keywords: More Education Program. Integral Education. Public Policies for Education. Intersectionality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Concepções de Avaliação.....	23
Quadro 2: Características da história da educação brasileira.....	28
Quadro 3: Macro campos e atividades do Programa Mais Educação.....	41/42
Quadro 4: Macro campos e atividades do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro.....	50
Quadro 5: Quantidade de alunos da Escola Municipal Casimiro Montenegro.....	61
Quadro 6: Classificação das redes sociais.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da adesão ao Programa Mais Educação no Brasil – 2008 a 2011.....	45
Tabela 2: Distribuição da Renda e da População por Regionais Administrativas de Fortaleza	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento da Educação no Município de Fortaleza – 2005 a 2011.....	40
Gráfico 2: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Escola Municipal Casimiro Montenegro – 2005 a 2011.....	41
Gráfico 3: Relação de conflito.....	57
Gráfico 4: Perfil sócio – econômico dos alunos, referente a quantidade de pessoas residentes em suas casas.....	61
Gráfico 5: Escolaridade dos pais dos alunos.....	62
Gráfico 6: Renda familiar dos alunos.....	63
Gráfico 7: Atividades desenvolvidas pelos alunos extra escola.....	64

LISTA DE SIGLAS

CME – Conselho Municipal de Educação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE – Fundo de Desenvolvimento da Educação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCT – Ministério da Ciência e da Tecnologia
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NURE V – Núcleo Regional de Ensino V
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA – População Economicamente Ativa
PME – Plano Municipal de Educação
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB – Secretaria de Educação Básica
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SER IV – Secretaria Executiva Regional IV

SER V – Secretaria Executiva Regional V

SIMEC – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PESQUISA NO CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:	
BREVES NOTAS	18
1.1 Procedimentos metodológicos da investigação	18
1.2 Correntes teóricas e metodológicas no campo da avaliação de políticas públicas	22
2 DESENHO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	27
2.1 Contexto histórico-social da formulação/implementação do Programa Mais Educação	27
2.2 Conhecendo o Programa Mais Educação: proposta político-pedagógica.	38
2.3 As diferentes fases de implementação do Programa Mais Educação	44
2.3.1 Metamorfoses no Programa Mais Educação	47
3 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CASIMIRO MONTENEGRO	49
3.1 Base territorial da escola Casimiro Montenegro: perfil sócio econômico do bairro	54
3.2 Escola Municipal Casimiro Montenegro: caracterização e estrutura de funcionamento	57
3.3 O processo de implementação do Programa Mais Educação: possibilidades e desafios	64
3.4 A atuação dos sujeitos envolvidos do processo de implementação do Programa Mais Educação	66
3.5 Componentes do Programa Mais Educação e dinâmica local: lições a destacar	68
3.5.1 Intersetorialidade e Educação Integral	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
APÊNDICE I	87
APÊNDICE II	88
ANEXO I	91
ANEXO II	92

INTRODUÇÃO

O paradigma da educação integral pressupõe um processo de reestruturação em todas as esferas da escola, objetivando assegurar o acesso a oportunidades educacionais e sociais diversificadas. Nesse cenário, a ampliação dos tempos e espaços para o desenvolvimento dos educandos relatada em diferentes documentos, notadamente, presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 - LDB (BRASIL, 1996) em seu artigo 1º, no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) em seu capítulo V, artigo 53, no Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2001), no Compromisso Todos Pela Educação (BRASIL, 2006), no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007), e ainda como marco legal a Portaria Normativa Interministerial nº 17/07 (BRASIL, 2007) que institui o Programa Mais Educação; emergem o entendimento da educação integral como impulsionadora de transformações no campo educacional. Guará (2009, p.5) destaca:

[...] o conceito de educação integral encontra amparo jurídico significativo na legislação brasileira, assegurando sua aplicabilidade no campo da educação formal e em outras áreas da política social.

Em tal sentido, as escolas públicas precisam rever suas práticas pedagógicas, uma vez que a educação integral visa garantir os direitos das crianças ou adolescente a receberem atendimento em suas necessidades pessoais e sociais, a aprender, a se desenvolver adequadamente e a ser protegida. Torres (2006), por sua vez, assevera que a construção da oferta de educação integral, está implicada na participação social para orientar, influenciar e decidir sobre assuntos públicos, como a educação de qualidade. Nesse contexto, a ampliação dos estudos, essência do Programa Mais Educação é crucial para avaliação do desenvolvimento integral dos educandos na escola pública.

Diante do exposto, o presente estudo sobrevém de reflexões que surgem da minha trajetória profissional na área da Educação, como docente e técnica da Secretaria de Educação do município de Fortaleza. Em meados dos anos de 1996, período inicial de minha profissionalização, acreditava que a escola era o melhor espaço de desenvolvimento dos sujeitos, pois desenvolvia atividades de ensino e aprendizagem através de estratégias e metodologias, dando ênfase à preparação do aluno e aperfeiçoando suas habilidades. Contudo, minhas significativas vivências no

percurso de mais de uma década de atuação no campo educacional fizeram surgir interpelações relevantes e passíveis de investigação científica. Tais como: os conteúdos de um programa educacional e sua aplicabilidade, a trajetória institucional e sua influência no processo de ensino e aprendizagem e ainda o desenvolvimento integral dos alunos.

Do encontro com diferentes conceitos na área da Educação Integral, defendido por autores¹ como Paulo Freire que aponta em sua obra dimensões para a (re) humanização da educação, sendo uma delas a educação integral; Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro vinculavam a educação integral com a possibilidade de inserção na vida em sociedade através do conhecimento e vivências educativas; o Programa Mais Educação amplia os tempos e espaços da educação, norteia práticas pedagógicas e tece o objetivo de estudo nessa avaliação.

A experiência no acompanhamento da implementação e atendimento realizado através do Programa nas escolas do município de Fortaleza, despertou o interesse em avaliar o processo de implementação do Programa Mais Educação e a sua importância ou contribuição para a comunidade, sobretudo no que se refere ao educar e cuidar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Considerando que, segundo a Política Nacional de Assistência Social, o Estado deve prover proteção social à criança, ao adolescente e ao jovem, bem como a suas famílias, nas situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social, potencializando recursos individuais e coletivos capazes de contribuir para a superação de tais situações, resgate de seus direitos e alcance da autonomia (Portaria Interministerial, 2007, p.1).

O sujeito em situação de vulnerabilidade social está exposto à exclusão social, não tem direito a voz, seus direitos são negligenciados e os deveres esquecidos, termo ligado a pobreza. Geralmente as pessoas nessa situação apresentam aspectos de desnutrição, moram em condições precárias e encontram dificuldade de acesso a saúde pública.

O principal objetivo deste estudo é avaliar a implementação do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro, no que diz respeito à Educação Integral, presente na mudança de comportamento e hábitos frente a problemas cotidianos enfrentados pelos alunos que são o público-alvo do Programa.

¹ Os autores estudados durante o percurso da pesquisa não evidenciaram críticas à concepção de educação integral, bem como não apresentam contrapontos acerca da importância do desenvolvimento integral das crianças e jovens.

O desenvolvimento integral do ser humano contribui para proporcionar ou ampliar o conhecimento possibilitando uma vida com autonomia.

Por implementação, compreendemos o momento onde o planejamento das ações oriundas de uma demanda da sociedade, seja ela de um grupo específico ou como o todo, bem como decisões estabelecidas pelos formuladores de uma determinada política pública são transformadas em atos.

A gestão é responsável pela execução da política. Cabe aos gestores a operacionalização, ou seja, a aplicação, o controle e o monitoramento das medidas definidas. Durante esse ciclo, a política pode sofrer modificações dependendo da postura adotada.

O Programa Mais Educação é uma estratégia do governo federal para promoção da educação integral no Brasil. Foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), além de promover o debate entre os ministérios envolvidos como Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República².

O objetivo do programa é atender, prioritariamente, escolas de baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³ e que requerem entre as políticas públicas as educacionais.

Avaliar políticas públicas implica em compreender o desenvolvimento da temática. Nos final dos anos de 1970, as crises econômicas, sociais e políticas, concomitantes com o movimento da nova gestão pública, levam ao questionamento referente à eficácia das ações e intervenções do Estado no tocante à realidade social.

Portanto, avaliar as políticas públicas é importante para repensar a gestão pública, além de ser um estágio da própria política, como ação permanente em todas as fases. Nisto o presente estudo revela-se como oportunidade de repensar essa política.

² Pesquisa realizada no corpo da Portaria Interministerial n.º 17/2007. Disponível no link portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task.

³ IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano de 2005, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, para medir a qualidade do ensino.

Nesse sentido apresento a forma como está estruturada. No primeiro capítulo trabalhamos as correntes metodológicas do campo de avaliação de políticas públicas, apresentando a metodologia do estudo.

No segundo capítulo discorremos sobre o desenho institucional do Programa Mais Educação, contemplando o contexto histórico-social, político-pedagógico e as fases de implementação, bem como as metamorfoses do Programa.

No terceiro capítulo apresentamos o estudo de caso do processo de implementação do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro.

Por fim, temos as considerações finais que retratam uma síntese de todo trabalho, apontando soluções possíveis no sentido de aperfeiçoar o Programa Mais Educação no que se refere à intersectorialidade e à efetividade.

1 PESQUISA NO CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVES NOTAS

A participação da sociedade e o fortalecimento da democracia enquanto direito exercido por todos os cidadãos é um dos caminhos encontrados para enfrentar muitos problemas sociais. Os problemas se dão nas esferas econômicas e sociais, estimulados pelo mercado que controla a ordem mundial. Os efeitos são devastadores, reduzindo os direitos sociais e promovendo os interesses do mercado capitalista.

[...] a sociedade ainda sofre as consequências do sistema capitalista globalizado onde os conflitos existentes são resultados, em sua maioria, da crise do capital. O Estado começa desse modo, a se reestruturar conjugando o esforço de seus principais atores, com o objetivo de burlar a crise. (OLIVEIRA e SPENGLER, 2011, p.3).

Considerando esse contexto, as políticas públicas são formuladas no sentido de compensar tais situações. Essas são ações ou programas instituídos pelo Estado, de modo a enfrentar determinada situação problemática ou conflituosa, e tem como base os direitos e a participação dos cidadãos (RODRIGUES, 2012).

Vale ressaltar que no mesmo contexto de crise, materializam-se os conflitos sociais, principalmente pela garantia dos direitos. Essa situação também perpassa a educação.

1.1 Procedimentos metodológicos da investigação

Com o intuito de contemplar os objetivos deste trabalho, foi necessário articular uma metodologia de pesquisa que possibilitou alcançar os objetivos e responder aos questionamentos que sustentam esta pesquisa. Portanto, neste capítulo descrevo os procedimentos metodológicos e os instrumentos utilizados.

O foco da pesquisa, o Programa Mais Educação e sua implementação na Escola Municipal Casimiro Montenegro, é analisar a estratégia de Educação Integral, compreendendo a concepção de educação integral que norteia as ações para o desenvolvimento dos estudantes, a partir da observação participativa, da trajetória do programa na instituição e de como este é compreendido pelos diferentes atores envolvidos com o mesmo.

Dessa forma, para a realização do estudo de caso proposto neste trabalho, fez-se necessária a definição de uma metodologia específica que dê conta das dimensões envolvidas no Programa, quais sejam: educação integral e intersetorialidade.

O estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa utilizada nas Ciências Sociais com regularidade. Podemos afirmar que é a estratégia mais utilizada quando se pretende conhecer o “como?” e o “por quê?” (YIN, 2005), o que salienta, portanto, nossa escolha.

(...) uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados. (YIN, 2001, p. 32-33).

A realidade e o contexto que configuram os fenômenos educacionais proporcionam subsídios para a interpretação segundo o olhar dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, o paradigma da educação integral definido aqui em um contexto de perspectiva capaz da (re) significação dos tempos e espaços escolares, assim, pressupõe um processo de reestruturação nas esferas da escola, objetivando assegurar o acesso a oportunidades educacionais e sociais diversificadas.

Diante de informações, descritas em capítulos adiante, adotamos o conceito de avaliação de políticas públicas como processo sistemático e intencional, que não se limita, metodologicamente, a quantificar resultados obtidos pela aplicação de questionários ou obtenção de dados estatísticos, mas articula-se com a interpretação dos atores envolvidos no Programa por meio de realização de entrevistas aprofundadas (MELO, 2011). Nesse contexto apresento como *lócus* da pesquisa a Escola Municipal Casimiro Montenegro do município de Fortaleza no âmbito da Secretaria Executiva Regional IV, localizada no bairro Conjunto Itaperi, tendo como seus atores a comunidade escolar e temporalidade desde 2008 a 2012.

A natureza desta pesquisa é de abordagem qualitativa⁴, visto que a realidade social se torna rica quando articulamos os sentidos dados ao real pelos sujeitos (MINAYO, 1994). Para alcançarmos os objetivos propostos assumimos que

⁴ Utilizamos também os dados quantitativos.

os fenômenos educacionais exigem uma compreensão do contexto sócio-histórico dos sujeitos.

Segundo Silva e Silveira (2007, p. 151) a abordagem qualitativa, caracteriza-se por ser “[...] compreensiva, holística, ecológica, humanista, bem adaptada para a análise minuciosa da complexidade, próxima das lógicas reais, sensível ao contexto no qual ocorrem os eventos estudados [...]”. Os referidos autores destacam que as percepções e atitudes dos pesquisados e do pesquisador devem ser permeados por uma reflexão crítica (SILVA; SILVEIRA, 2007).

A pesquisa, do ponto de vista de seus objetivos, possui caráter participativo; utilizamos como instrumentos de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada (com gravação direta e transcrição fiel), registros de relatos orais e a utilização de um diário de campo. O uso de entrevistas semi-estruturadas é de relevância, pois possibilita a organização dos depoimentos de acordo com as informações pertinentes ao estudo, sendo possível “[...] identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão [...]” (DUARTE, 2001, p. 144).

Diante das discussões em relação ao Programa Mais Educação avaliamos e discutimos os aspectos referentes à Educação Integral, com foco nas dimensões estudadas: concepção de Política Pública, concepção de Educação Integral e Programa Mais Educação.

As relações estabelecidas através dos processos vivenciados para execução do Programa constituem-se nos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no Programa. Esta atuação requer a compreensão do contexto das interações entre os diversos atores sociais envolvidos: executores do Programa, comunidade escolar e famílias.

Para atingir os objetivos da pesquisa, ouvimos por meio de entrevistas:

- a) Executores do Programa**, 06 (seis) entrevistas sendo: 02 gestores, 01 a nível macro (Coordenador de Ensino Fundamental do Distrito de Educação) e 01 a nível micro (01 Diretor da Escola); 01 técnico que atua no Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação (para a escolha definiremos, o que está há mais de 05 anos no trabalho com esta etapa de ensino e que acompanhe as atividades do Programa), 01 professor (definidos tal qual o técnico); 01 agente

comunitário (a definir) e 01 representante das instituições intersetoriais (a definir);

b) Comunidade Escolar, 06 (seis) sendo: 01 funcionário da escola; 01 Presidente de Conselho Escolar; 01 monitor; 02 alunos atendidos pelo Programa e 01 representante de Associações Comunitárias; e

c) Famílias, 02 (dois) responsáveis: sendo 01 mãe e 01 pai.

Para construir a análise da pesquisa foi utilizada a entrevista e duas técnicas de pesquisa, o questionário e o levantamento bibliográfico com foco nas concepções.

Realizei o levantamento bibliográfico visando compreender o processo de criação e expansão da Educação Integral no país, as políticas de intersectorialidade, tomando como referência elementos conceituais acerca desses temas, bem como uma pesquisa fundamentada nas bases da legislação do Programa.

Escolhi a concepção de entrevista defendida por Haguette (1997, p.86) que a define como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Objetivando a coleta de dados fidedignos, a intenção do entrevistador deve ser especificada para o entrevistado para que este transmita as informações à luz do seu olhar.

Não é qualquer tipo de entrevista que se adapta à perspectiva avaliativa que foi proposta. Consideramos que a técnica de entrevista aberta atende primeiramente às nossas finalidades e também nos ajudou a fazer um detalhamento de questões e formulação dos conceitos relacionados⁵.

Parte dos objetivos desta pesquisa, referente ao perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelo Programa Mais Educação, foi alcançada pela análise dos dados coletados com o auxílio de questionários, aplicados aos estudantes sujeitos da pesquisa, o que permitiu uma análise com uma base significativa de dados⁶.

A Secretaria Municipal de Educação implantou de 2008 a 2012, o Programa Mais Educação nas escolas da rede municipal, sendo uma destas a Escola Municipal Casimiro Montenegro. No alcance dos objetivos deste estudo,

⁵ Conheceremos o roteiro para entrevista detalhadamente em nossos apêndices.

⁶ Segundo modelo constante no apêndice.

utilizamos uma amostragem quantitativa proporcional que, de acordo com Teixeira (2005), é o tipo de amostragem em que se obtém uma amostra representativa da população. Nesse sentido, foi com base na população do universo de 120 (cento e vinte) alunos inseridos no atendimento do Programa, na escola supracitada, a amostra selecionada para responder aos questionários, o que permitiu uma análise significativa dos dados.

Com o objetivo de identificar possíveis falhas na elaboração do questionário, visando redimensionar a complexidade das questões, eventuais imprecisões na redação e adequação da linguagem (Gil, 2007), bem como para avaliar a receptividade dos respondentes, foi realizado o pré-teste no Centro Municipal de Educação e Saúde Maria Zélia Correia. A escolha da referida instituição se deu devido à mesma ser situada nas adjacências do bairro, desenvolver também o Programa Mais Educação e atender os alunos do Ensino Fundamental I público atendido pelo Programa e assim da aplicação dos questionários.

A elaboração do relatório final envolve tarefas específicas para cada etapa como análise e interpretação dos dados; apresentação dos resultados e recomendações.

Trata-se da conclusão da pesquisa onde as respostas são analisadas criticamente evidenciando as propostas de aplicabilidade dos resultados. Para assim propor entre outros aspectos a melhoria do programa baseado nas correções ou ajustes necessários observados na pesquisa e modificações possíveis para assegurar a satisfação dos usuários atendidos pelo programa.

Como síntese trata-se de pesquisa qualitativa com dados quantitativos e que foi realizada segundo a concepção dos sujeitos envolvidos com o programa na escola e comunidade a qual está inserida.

1.2 Correntes teóricas e metodológicas no campo da avaliação de políticas públicas

Avaliação é um termo usado nos mais diversos aspectos e contextos, geralmente referindo-se a julgamento. Na tentativa de investigar através de trabalhos acadêmicos, opiniões pessoais e informais, procura-se concluir se o objeto a ser avaliado apresenta resultados satisfatórios ou não. As pessoas avaliam: uma

partida de futebol, filme, programação musical, entre outros, incluindo também a pesquisa acadêmica. Em nosso caso, a avaliação de uma política pública ou mesmo avaliação da avaliação, ou seja, a metavaliação⁷, precisa ser estudada com rigor. Este trabalho se refere à avaliação de um Programa, o qual é oriundo de política pública para a educação.

Ao propor a referida avaliação desenvolvi cada fase com um olhar avaliador garantindo assim a legitimidade necessária para a conclusão.

As definições existentes que envolvem o conceito de avaliação é o que determina o marco conceitual mais adequado a ser desenvolvido no âmbito da pesquisa avaliativa. Neste contexto a literatura registra variedade nos tipos de avaliação.

De fato o que irá diferenciar a avaliação de um ou outro programa serão as classificações segundo diferentes critérios. Para Silva (2008), existem diversos tipos de avaliação e abordagens, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Concepções de Avaliação

Tipos de avaliação	Características
Em função do momento (Cohen e Franco, 1993):	<ul style="list-style-type: none"> • Ex ante: realizada ao início da elaboração do programa; e • Ex post: realizada durante ou após a execução do projeto, buscando obter elementos para fundamentar decisões.
Em função de quem realiza a avaliação (Cohen e Franco, 1993):	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação externa: realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa; • Avaliação interna, realizada no interior da instituição gestora do programa; • Avaliação mista: sendo esta a combinação das duas espécies de avaliação mencionadas; e • Avaliação participativa: que requer a participação da comunidade em todo o processo avaliativo.
Quanto às funções da avaliação (Holanda, 2006):	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação formativa: realizada na fase de desenho do projeto; e • Avaliação somativa: realizada

⁷ Meta-avaliação foi definida literalmente por Scriven (1991) como a avaliação de uma avaliação.

	depois de implantada o programa.
Em função do objeto da avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> • Pseudo-avaliação: não faz propriamente uma avaliação; • Quase-avaliação: foco limitado e tangencial; • Avaliação centrada nos objetivos formais; e • Avaliação abrangente: Combina a avaliação de processos e de impactos dos programas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (2008).

Conforme considera Worthen (1997, p. 5), “avaliação é a determinação do valor ou mérito de um objeto.” Uma vez que o objeto trata-se do que está sendo avaliado, podemos afirmar então que ao se avaliar uma política pública estamos determinando se a mesma tem valor ou não. Mas, sobre que olhar e de quais dos atores envolvidos? Para Franco (apud COHEN e FRANCO, 2000), atribuir valor a algo seria compará-lo segundo um critério ou padrão determinado.

Na inexistência do consenso acerca do que seja avaliação, encontramos contradições como as colocadas por House (1980, p.73), “a avaliação não convence, persuade; não demonstra, argumenta; é razoável, não absoluta; é aceita por muitos, sem ser imposta a ninguém”.

Nesse sentido a avaliação de políticas públicas correria o risco de ser tratada como coleta de informações em que seus resultados não trazem mudanças necessárias para o aperfeiçoamento da política e perderia o próprio sentido de se avaliar.

Em termos de concepção nos deparamos com autores que estimulam e revalidam o conceito de que avaliar é uma forma de estimular, apreciar, calcular (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994); desenvolvendo o referido conceito, os autores supracitados compreendem que:

Avaliação é então entendida como uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase diagnóstica, de programação ou de execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou de guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou

para solucionar problemas e promover conhecimento (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p.31).

Para esta pesquisa adotamos a concepção de avaliação defendida por Aguilar e Ander – Egg, por envolver nas fases que permeiam as políticas públicas, articulando os resultados da avaliação com a retomada do planejamento, proporcionando um processo cíclico.

Nessa abordagem, verificamos a formulação de uma definição mais geral e detalhada, o que não invalida as demais; somos sabedores de que quanto maior os subsídios para determinarmos o valor ou julgamento de algo, maior será o alcance dos objetivos, neste caso, maior seria o resultado da avaliação.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define de forma análoga que “Avaliação é o processo que tenta determinar, da forma mais objetiva e sistemática possível, a relevância, eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade de atividades à luz dos seus objetivos” (JNDP, 1993, p.40). Nisso, um dos objetivos é o foco da avaliação, o que vai de encontro ao que propõe este estudo, em que o foco estaria sob a ótica dos sujeitos.

Ressalta-se o conceito de avaliação como processo sistemático e intencional, que não se limita, metodologicamente, a quantificar resultados obtidos pela aplicação de questionários ou obtenção de dados estatísticos, mas articula-se com a interpretação dos atores envolvidos, portanto se apresenta como algo dinâmico que estimula a pesquisa, reflexão, análise e crítica. Desenvolvida sistematicamente, a avaliação pressupõe objetivos a serem previamente definidos e alcançados; e ainda busca mostrar no caso das políticas públicas se estas estão realmente sendo relevantes no que se refere à eficiência (relação entre os custos e o resultado dos programas), eficácia (relação entre os resultados e os objetivos) e efetividade (mudança da realidade, impacto na vida dos usuários), por fim, sustentabilidade, que se entende como a garantia de continuidade e o que a diferencia de Política de Governo para Política de Estado (SANTOS, 2012).

A proposição de que seja extensa e ampla indica que uma avaliação em profundidade não poderá se restringir a um olhar focado apenas na averiguação do cumprimento das metas propostas pela política e seus resultados, ou nos itens priorizados por um programa, bem como tão somente no atendimento às suas diretrizes (RODRIGUES, 2011, p.57).

A avaliação por si só não garante mudança, porém, divulga informações desconhecidas pela maioria, instigando novas pesquisas, o que leva ao aprimoramento do programa e desenvolvimento do conhecimento.

Segundo Silva (2008), a avaliação em profundidade combina a avaliação de processos e impactos dos programas relacionando-se com os objetivos previamente especificados. Nessa perspectiva, Rodrigues (2011) considera que uma avaliação em profundidade, toma basicamente quatro grandes eixos de análise: conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos. Assim, averigua-se não só o que está acontecendo e sim também o porquê.

Conforme Silva (2008), a implementação de programas sociais é entendida como a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidas, tendo em vista obter os resultados pretendidos.

A implementação é parte da política, de modo que a teoria da política é formulada tendo em vista sua execução e, como tal, irá sempre desenvolver e reformular a política, o que também coloca a implementação como avaliação (MOJANE E WILDAVISKY, 1984).

Avaliar a implementação de uma política pública é analisar a possibilidade de sucesso e/ou fracasso de uma dada política, e para tanto necessita rigor metodológico; porque a implementação, conforme nos lembra Arretche (2001, p. 8), é um “campo de incerteza, o qual demanda tomada de decisões que podem definir o desenho da política alterando as estratégias definidas previamente”.

Sendo assim, parto do entendimento que avaliar com qualidade significa valorizar cada aspecto que envolve o objeto a ser avaliado, a interação entre os sujeitos, bem como as condições para realização do mesmo, e no que se refere a esta pesquisa, a relação entre o Programa Mais Educação e o olhar dos sujeitos envolvidos com o programa.

2 DESENHO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

As transformações sociais, políticas e tecnológicas sempre refletiram nos processos educacionais, uma vez que a educação constrói parte fundamental da estrutura de pensamentos dos cidadãos. Nas últimas décadas, essas mudanças foram ainda mais significativas e, cada vez mais rápidas.

Recentes publicações (artigos científicos, livros, teses, pesquisas, resoluções, legislações, etc.) relacionadas à temática em questão, nos colocam em contato direto com muito do que foi escrito sobre o assunto em pauta.

Exemplificando, cito o artigo de Ana Maria Cavaliere, titulado “Anísio Teixeira e a Educação Integral”, o qual aponta a educação integral como emancipadora, em que o conceito de que a educação deve ser ofertada de forma democrática e com qualidade (CAVALIERE, 2010).

A publicação do livro “Caminhos da Educação Integral no Brasil”, assinado por Jaqueline Moll e colaboradores, apresenta uma coletânea de textos que propõe o debate da educação integral, fundamentado nos conceitos e teorias de grandes educadores.

Concluo citando as publicações dos pesquisadores do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP, que apresentam avaliações de políticas públicas para educação, dentre elas o Programa Mais Educação com foco na educação integral.

2.1 Contexto histórico-social da formulação/implantação do Programa Mais Educação

O desenvolvimento ocasionou mudanças em todos os setores, especificamente na Educação. Partindo desse pressuposto estudamos o percurso das políticas educacionais no Brasil e acentuando os períodos e as características, segundo o quadro a seguir:

Quadro 2: Características da história da educação brasileira.

Momento da Colonização (1549 – 1759)	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para propagação da fé e da obediência; • Subjugação da cultura e costumes de um povo; e • Garantia da ordem e da sociabilidade entre as pessoas.
Momento da Constituição (1824 – 1963)	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira Constituição Republicana; • Autoritarismo na administração escolar; e • Preocupação com a ordem e manutenção do <i>status quo</i>.
Momento dos pioneiros da educação (1922 – 1930)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Ministério da Educação; • Manifesto dos Pioneiros da Educação; e • Liberdade e equidade na escola.
Momento da economia da educação (1960 – 1985)	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento educacional; • Educação como fator determinante para o crescimento econômico; e • Fase desenvolvimentista.
Momento da Democratização (1986 – 1996)	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e resistência da sociedade civil; • Diretas já; e • Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Momento da Globalização (1996 – aos dias atuais)	<ul style="list-style-type: none"> • Aldeia Global; • Avaliação de resultados; e • Educação de qualidade.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Sander (2005).

Diante da problemática da articulação do processo de educação integral dos alunos inseridos nas escolas da Rede Pública Municipal de Fortaleza, investiguei como está ocorrendo à implementação do Programa Mais Educação. Nesse contexto, compreendemos que os usos das concepções de desenvolvimento e de aprendizagem norteiam o trabalho educacional e, por isso, é importante retomar aqui algumas reflexões sobre a concepção de educação integral.

Segundo Cavaliere (2002), há necessidade da formulação de uma concepção de instituição escolar que possa contribuir com a construção de uma nova identidade para a escola pública, respondendo ao desafio democrático da universalização da educação de qualidade, hoje posto à agenda da sociedade brasileira. A escola pública brasileira vive um momento de perda de identidade cultural e pedagógica, a ampliação desordenada de suas atividades, bem como as recentes políticas oficiais tais como: Programa Saúde Escolar, Programa Dinheiro

Direto na Escola, avaliações externas, novos critérios de progressão escolar, inclusão de alunos em situação de deficiência, inclusão no currículo de temas ligados à saúde, ética, música, africanidade e cultura; parece delinear uma realidade em que as necessidades sócio-integradoras assumem posição primordial no cotidiano escolar (CAVALIERE, 2002).

Neste contexto, realizei o levantamento histórico da concepção de educação integral, tendo por base quatro grandes marcos: Escola Nova; Anísio Teixeira; Darcy Ribeiro e o Programa Mais Educação.

No cenário da educação, por muito tempo existe uma preocupação com a educação integral. Em meados do século XX, encontramos educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendia e procurava implantar escolas com essa concepção com a ideia de que a escola deve ampliar sua função. Experiências como a Escola-Parque chamaram atenção. Inspiradas nesse modelo, Darcy Ribeiro enquanto Secretário de Educação do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola, incorporou a preocupação com a relação escola-comunidade, criando uma das mais polêmicas implantações de educação integral com os Centros Integrados de Educação Pública (TENÓRIO e SCHELBAUER, 2011).

Diversas iniciativas fazem parte desse acervo de tentativas em busca de um referencial de educação integral, como os Centros Educacionais Unificados, Programa Escola Integrada, Cidade Educadora, Bairro-Escola, entre outros (BRASIL, 2007).

A preocupação com o desenvolvimento integral do aluno é marcada em diversos momentos no atual contexto brasileiro. Entendemos a relevância da educação integral como meio para assegurar o desenvolvimento das crianças e adolescentes em todos os âmbitos.

A partir das décadas de 1920 e 1930, o Brasil passa por momentos de mudanças importantes em várias esferas da sociedade: econômica, política, cultural e educacional. O movimento escolanovista trouxe para a área educacional a compreensão de que a democracia é mais do que uma forma de organização das estruturas imediatamente políticas. O entendimento da democracia como uma “forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1959, p.93) estava presente no pensamento que fundamentou o movimento renovador.

Nesse sentido a educação busca garantir à democratização do conhecimento, antes oportunizado às classes burguesas da sociedade.

Esse contexto é o período onde florescem as ideias de educação de importantes nomes como o de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Carneiro Leão, Anísio Teixeira, entre tantos outros, o que foi emergente no desenvolvimento do campo educacional (TENÓRIO e SCHELBAUER, 2011, p.01).

A permanência da ideia da educação integral no pensamento e em algumas ações do educador Anísio Teixeira, em diferentes momentos de sua atuação política e administrativa é uma constante. Embora o termo não esteja presente em suas obras, a filosofia e a concepção de educação integral perpassam por toda ela. Segundo Tenório e Schelbauer (idem), essa concepção atribui como significado àquela educação que deva preparar integralmente o sujeito, no sentido de lhe oferecer as condições completas para a vida.

A escola, portanto, tem sua função estendida para além do ensino tradicional de transmitir o conhecimento através de um currículo que contemple o ensino das ciências exatas e da leitura e escrita, para um novo paradigma onde a função da escola passa a ser de oportunizar e garantir em seu trabalho pedagógico a inclusão da transmissão de valores éticos e morais, do ensino das artes e da cultura, de hábitos de higiene e disciplina e de preparação para o trabalho. Concepção encontrada nas ideias de Anísio Teixeira e que segundo ele seria fundamental a possibilidade de educar integralmente para as mudanças necessárias no Brasil, de forma a garantir a acessão à modernidade.

Hermes Lima (1960) assim se refere à crença de Anísio Teixeira, com relação ao poder transformador da educação:

Pode-se dizer que Anísio acredita em educação porque acredita no homem, nas suas possibilidades de mudar, de reconstruir, de refazer e de pensar. Traço igualmente representativo do seu pensamento educacional é que não há como ponto prévio de partida, educações diferentes para homens diferentes. São os homens mesmos que diferenciarão ou graduarão, pelos dons da própria personalidade, a educação que são suscetíveis de receber (p.132).

Nesse sentido fica explícita a concepção de homem, enquanto sujeito com potencial e características que demanda uma educação a qual proponha desenvolvê-lo em sua integralidade.

Partindo do pensamento supracitado, vê-se o homem como um ser capaz de, se bem preparado, ser agente de mudanças e senhor de seu destino. Coerente com essa afirmação, uma das primeiras preocupações deste educador foi o aumento da escolaridade comum e obrigatória a ser ofertada a todos, defendendo um sistema que permitisse às crianças relacionar os ensinamentos escolares com as atividades do cotidiano. Os alunos, segundo ele, não obtinham informações sobre seus problemas, sua terra, sua gente e a escola não lhes oferecia oportunidades para a formação de seu caráter.

Em seu discurso, era defensor da ampliação do ensino primário que, segundo Anísio Teixeira, desde as décadas de 1920-1930, com ampliação e acesso dos filhos das classes menos favorecidas, o ensino teve um retrocesso na qualidade, ou melhor dizendo, da funcionalidade, sendo então necessário o debate sobre uma visão ampliada dos fins da educação escolar, que busque atividades desenvolvidas pela escola, voltadas para o oferecimento de oportunidades completas de vida aos seus alunos.

Como pensa Anísio Teixeira:

porque a escola já não poderia ser a escola parcial de simples instrução dos filhos das famílias de classe média que ali iriam buscar a complementação a educação recebida em casa, em estreita afinidade com o programa escolar, nas instituições destinadas a educar, no sentido mais lato da palavra... já não poderia ser a escola predominantemente de instrução de antigamente, mas fazer às vezes da casa, da família, da classe social e por fim da escola propriamente dita. (TEIXEIRA, 1962, p. 24).

No intuito de atingir aos fins da educação, a escola deveria ser um ambiente bonito, moderno e acolhedor (TEIXEIRA, 1971). O trabalho pedagógico deveria apaixonar tanto aos alunos quanto aos professores. Já os professores deveriam desenvolver suas atividades visando a construir um “solidário destino humano, histórico e social”, com destaque para a liberdade de criação e em “permanente diálogo com a arte, concebida como conceito antropológico como defendia Mário de Andrade” (NUNES, 2001, p. 163).

Situação atualmente defendida por autores como Ana Maria Cavaliere, que sobre a luz da interpretação dada ao conceito de educação integral na obra de Anísio Teixeira, assim escreve:

educação integral, significando uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais com o objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dar a partir de

indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação (CAVALIERE, 2000, p. 01).

Na luta em prol da educação voltada para o desenvolvimento integral, é que intelectuais como os citados no início do texto, em 1932, lançaram um documento em defesa dessa escola: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Considerado um marco na história da educação brasileira, o Manifesto será aqui analisado no sentido de buscar nele as marcas da defesa de Anísio Teixeira pela educação integral bem como a trajetória do movimento escolanovista.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia a reconstrução e o desenvolvimento do Brasil pela via do acesso à educação e por intermédio de uma escola pública, estatal, gratuita e de qualidade. Significava o compromisso dos intelectuais por um objetivo maior à democratização da educação.

No corpo do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932, p. 4) é abordado o desenvolvimento integral, pressupondo educação integral; “Ela tem por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento” (AZEVEDO, 2010).

Segundo Cavaliere, o movimento Escola Nova, especialmente o que se inspirou no pensamento de Dewey, pretendeu criar novas bases para o reconhecimento da “autoridade pedagógica”.

Não se tinha um padrão e sim tentativas colocadas por diversas iniciativas, que levavam a experiências distintas, com o mesmo objetivo de uma reforma nos sistemas de educação que contemplasse não somente o conhecimento formal, mas que agregasse a cultura e suas peculiaridades.

Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social limitada, na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganizá-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCACAO NOVA, 1932).

A busca por uma nova identidade escolar é a base dos debates que influenciam até hoje as academias e as políticas públicas para educação. Nessa perspectiva, este trabalho vem integrar a agenda de reflexões em prol de uma educação integral de qualidade e ofertada pela rede pública de forma igualitária e

gratuita. Nesse sentido percorremos de forma cronológica as contribuições, perpassando distintos períodos e pensadores.

Entre eles, Darcy Ribeiro⁸, etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista, aliara-se a Anísio Teixeira, de quem se considerava discípulo, na defesa da escola pública gratuita e de qualidade. Acredita-se que a educação é o melhor meio para se atingir a transformação social (BRASIL, 2009). Preocupou-se com os índios e com a educação primária. Para o ensino médio criou um novo padrão de escola oferecido por ginásios públicos. Para a educação superior defendeu a "universidade necessária" e não se esquecendo dos professores, idealizou o ISE's, Institutos Superiores de Educação, voltados para formação deste profissional. Tendo participado também do movimento da Escola Nova, via na escola de tempo integral um meio destinado à instrução, orientação artística, desenvolvimento de ciências, assistência médica, odontológica, alimentares e de práticas diárias orientadas.

Na década de 1980, surgem no Rio de Janeiro, os Centros Integrados de Educação Pública, os CIEP's, concebidos pelo educador Darcy Ribeiro, a partir da experiência de Anísio Teixeira. Sendo denominados como "Escola Integral em Horário Integral". Vale ressaltar que estudos foram realizados sobre essa implantação, apresentando seus aspectos inovadores e também suas fragilidades. Todas estas experiências e concepções de Educação Integral partem do princípio da necessidade de uma educação "mais completa possível" para o ser humano.

Darcy Ribeiro amplia a concepção de educação integral com a preocupação em como articular a relação escola-comunidade, construída dentro de um tempo ampliado e organizado para atender a todas as necessidades da criança; será desenvolvida a partir da tomada de consciência da importância de se articular uma parceria entre o estado e a sociedade civil na busca por uma escola pública de qualidade, formadora de cidadãos preparados para a vida. Valoriza a articulação da escola com ONG's, visto que estas dão importância aos valores culturais e buscam o desenvolvimento integral dos indivíduos envolvidos neste processo. A família e a comunidade são outros elementos fundamentais para a integração do aluno com o meio de maneira global e satisfatória. Tenta-se atender necessidades sociais dentro da escola.

⁸ Pesquisa realizada na bibliografia de Darcy Ribeiro disponível no link: www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=438.

Podemos então dizer que esta seria a primeira tentativa de trabalhar articulando os diversos setores evitando a divisibilidade e garantindo a integralidade do processo de desenvolvimento, a intersectorialidade.

A contemporaneidade impõe desafios pessoais e sociais referentes à preparação dos indivíduos que a transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade não é suficiente. A necessidade constante de buscar resposta, significados, de compreensão, intervenção e transformação da realidade origina desafios que extrapolam o simples contato com os conhecimentos, mas sim a interação com eles. Torna-se necessário oferecer oportunidades que ajudem aos alunos desenvolver o potencial criativo, a interagir socialmente de forma autônoma e construtiva.

A sociedade contemporânea pede a valorização, humanização do cidadão e o amadurecimento de sua condição afetiva, física e moral e as políticas públicas são ineficazes para a educação de qualidade para todos. A educação integral surge hoje com força renovada, pautada nas atuais demandas da sociedade.

Portanto, as relações, a linguagem e a cultura, na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, fazem com que as características próprias de grupos ou mesmo de indivíduos sejam levadas em consideração para planejar e implementar ações pedagógicas. Assim, ampliar o olhar sobre as possibilidades de educação para além da escola não diminui ou restringe a importância e o papel dela; apenas demandam a articulação entre o saber escolar e os saberes que se descobrem por meio de outras formas de educação (GUARÁ, 1997). Assim, o Programa Mais Educação é relevante ao buscar garantir a articulação dos saberes supracitados.

Nessa perspectiva compreendemos o homem como ser uno e integral, que precisa de um processo de desenvolvimento articulado e equilibrado nos aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.

O Programa é estratégia de educação integral, porém tratamos dele no próximo capítulo.

O reconhecimento da multiplicidade dos atores demanda a ênfase na construção de recursos de poder e legitimidade; na participação, articulação e concentração dos atores diversos, com foco nos resultados das intervenções, nas modificações efetivamente produzidas nas condições de vida das pessoas e grupos-alvo das ações (BRONZO e VEIGA, 2007, p.8).

Estamos num momento propício para instigar reflexões e pesquisas que analisem o benefício da educação integral de todos os alunos, favorecendo a sua inclusão em diversos espaços da escola e da sua comunidade. Essa mudança traz desafios para a gestão pública.

Relembramos que dentro dessa concepção, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza aderiu ao Programa Mais Educação, inicialmente com as unidades escolares que apresentaram baixos indicadores do IDEB, com alunos em situação de vulnerabilidade social, distorção idade-série, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles que desejassem participar do Programa.

O Programa Mais Educação juntamente com os programas Escola de Tempo Integral e Escola Integrada, os quais coincidem com a ampliação de tempos e espaços de educação e demandam centralidade na agenda do MEC.

A relevância política desses programas como colocada por Miguel Arroyo, tem significados político – pedagógico, quando trata da ampliação do dever político do Estado e do sistema educacional. Sendo assim, o questionamento se o Programa Mais Educação tem contribuído para o avanço do direito de mais tempo de educação ou vem reforçando o treinamento dos estudantes com mais tempo da mesma educação.

A intenção do Programa Mais Educação é de contrapor visões negativas de crianças e adolescentes atendidos pelas redes públicas de ensino, que muitas vezes são noticiadas e incorporadas como conceito generalizado onde todos ou sua grande maioria são pessoas envolvidas com roubos, crime, violência, ameaça a ordem e paz social (BRASIL, 2007).

Os Programas socioeducativos trazem em seu corpo um significado político que busca a mudança dessa visão. Nesse contexto contrapõe a segregação e inferiorização dos setores populares quando propõe a garantia do direito à educação e ao tempo de escola: “Na educação integral, o tempo instituído pelo cuidado oportuniza à criança e ao jovem (ser – estudante) sentir e pensar em si mesmo e nas relações que desenvolve com os outros e com o mundo” (RABELO, 2012, p. 122).

Da concepção de educação integral como política pública para educação à luz do Programa Mais Educação, de acordo com o que estamos colocando neste texto, emergem três conceitos: tempo, espaço e intersectorialidade. Cabe lembrar

que a exigência de articulação das ações se dá devido os sujeitos envolvidos estarem inseridos em um mesmo espaço e tempo.

Na educação tradicional a criança ou jovem reproduz a sua existência uma vez que é marca desta educação voltada para o desenvolvimento exclusivamente cognitivo. Na educação integral segundo Heidegger (2002), o homem é entendido como um ser capaz de sair de si e ir em direção àquilo que já não é ou ainda não foi. Desenvolvendo assim o senso crítico e exercitando a liberdade de pensamento.

A educação integral abre possibilidades para questionamentos ontológicos e provoca desacomodação necessária ao desenvolvimento humano holístico, porque oportuniza ao ser-estudante a sair de si e ir em direção ao que quer ser. (RABELO, 2012, p. 126).

A educação integral nesse sentido provoca os estudantes a conhecerem a si mesmos e oportunizam possibilidades, conseqüentemente levando ao sujeito autêntico que não se deixa levar por um coletivo acrítico.

O espaço é defendido por diversos autores como território, o local, o lugar, entre outros. Pádua (2005) assinala que é importante observar que o termo espacialidade refere-se sempre a instância mais originária, isto é, refere-se ao mundo.

É necessário para o desenvolvimento da educação integral um olhar amplo que acolha o debate de re-significar tempo e espaço. O universo de potencialidades que envolvem a educação integral a legitima como política pública de educação, por meio de ações intersetoriais, não dividindo e sim somando responsabilidades.

Desta forma, o Programa Mais Educação como estratégia de educação integral, encontra em sua Portaria Normativa nº17, no art. 4º, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), a revelação dos Ministérios envolvidos com o Programa e que juntos devem ocupar-se da educação integral e ainda das ações intersetoriais.

Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios: I - Ministério da Educação; II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; III - Ministério da Cultura; e IV - Ministério do Esporte. § 1º Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa. § 2º O Programa Mais Educação poderá contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas [...] (BRASIL, 2007).

Segundo Sposati a intersetorialidade possibilita mais qualidade uma vez que amplia o olhar e as ações acerca do desenvolvimento integral.

[...] conjuntos de impulsos para a ação em determinada situação, seja ela um objeto, um tema, uma necessidade, um território, um grupo, um objetivo, uma perspectiva. (...) [nesse aspecto] a intersetorialidade pode trazer mais qualidade por permitir ultrapassar limites que, a princípio, ocorreria numa abordagem somente setorial (SPOSATI, 2006).

Nesse contexto, a articulação das ações busca garantir os objetivos, uma vez que na abordagem setorial é comum uma determinada fase no decorrer de um processo poder estagnar, por não ultrapassar limites tais como instância ou jurisprudência. Enquanto na prática da abordagem intersetorial as responsabilidades são compartilhadas pelos setores envolvidos.

O que se busca é a construção de um sistema educacional que trabalhe em rede, voltado para o desenvolvimento integral desde a educação infantil, assegurando o acesso e a permanência dos alunos, com qualidade e socialmente referendado, para, assim, possibilitar a utilização de uma diversidade de recursos, que podem auxiliar na melhoria da qualidade da vida dos alunos.

Segundo Fernando de Azevedo, a concepção de Educação Integral na perspectiva de garantir desenvolvimento integral de crianças e adolescentes que responda às demandas de aprendizagem em todos os setores humanos, nessa concepção não pode deixar de pensar nas relações entre as políticas públicas.

Diante disso, reafirmando a garantia dos direitos, é oportuno refletir sobre como as políticas públicas podem definir estratégias que viabilizem, na realidade local, um processo intersetorial.

[...] até algumas décadas atrás, usávamos o termo rede na administração pública ou privada para designar uma cadeia de serviços similares, subordinados em geral a uma organização-mãe que exercia a gestão de forma centralizada e hierárquica (GUARÁ, 1998, p.12).

A articulação dos setores e sua ação conjunta formam uma rede intersetorial, na perspectiva de compartilhar de forma horizontal, outros espaços de aprendizagem. Hoje, segundo autores:

[...] uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens. Neste caso, dizemos que as unidades operacionais independentes são 'credenciadas' e interdependentes com relação aos processos operacionais que compartilham (GONÇALVES *apud* GUARÁ *et al*, 1998, p. 13).

Pensar rede nesta perspectiva exige inter-relação com a realidade local, com sua cultura de organização social, bem como uma sociedade capaz de se fazer ativa e participativa diante da gestão pública.

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.

Rede é parceria voluntária para a realização de um propósito comum. Implica, nesse sentido, a existência de entes autônomos que, movidos por uma ideia abraçada coletivamente, livremente e mantendo sua própria identidade, articulam-se para realizar objetivos comuns (INOJOSA, 1998, p. 1-2).

A produção do conhecimento e o desenvolvimento integral deve ser o foco de convergência entre as várias políticas setoriais, articulando diferentes informações em busca da garantia dos direitos universais.

2.2 Conhecendo o Programa Mais Educação: proposta político-pedagógica

O Programa Mais Educação tem sua origem no debate acerca da Educação Integral, respaldado por discussões no tocante a educação pública de qualidade, presente na legislação educacional brasileira. Neste contexto o Programa Mais Educação é a estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil, possibilitando a ampliação da jornada escolar e a organização curricular que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Documentos de referência publicados pelo MEC, no intuito de esclarecer o processo de implementação como os Cadernos da Educação Integral, Texto Referência, Passo a passo entre outros que norteiam o Programa demonstram a preocupação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no que se refere à ampliação de oportunidades de aprendizagem por meio do desenvolvimento do ser humano em suas múltiplas dimensões e como sujeito de direitos.

A educação que este Programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola. A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não devemos tomá-la como única instância educativa.

Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos... é tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã (BRASIL, 2008).

Compreender que todo conhecimento pode ser agente transformador da aprendizagem, valorizando os saberes formais e informais, concedendo significado ao que se apreende e contemplando as necessidades dos alunos, vinculando o processo de ensino-aprendizagem à vida. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (MOLL, 2012).

O financiamento da Educação Integral destina-se às escolas públicas por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/Educação Integral), para as que possuem estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio conforme os critérios definidos no manual do programa, elaborado anualmente em conformidade com a dinâmica educacional nacional.

Os recursos transferidos por intermédio do PDDE para implementação de Educação Integral destinam-se conforme manual do Programa Mais Educação a Custeio⁹ e/ou Capital¹⁰.

O montante de recursos destinados a cada escola varia de acordo com o número de alunos cadastrados no plano de atendimento do Programa disponível no portal do SIMEC e será repassado para conta corrente em nome da Unidade Executora Própria – UEX – representativa da unidade escolar, liberado em uma só parcela, considerando as necessidades para 10 (dez) meses letivos para realização das atividades.

Cabe ressaltar, que este repasse refere-se ao pagamento de custeio, ressarcimento de transporte e alimentação de monitores, aquisição de materiais, o qual deve garantir a realização dos dez meses letivos de atividades preconizados pelo Programa.

O recebimento dos recursos PDDE/Integral está condicionado à realização de prestação de contas pela UEX, à situação de adimplência da entidade

⁹ Para o ressarcimento de despesas de alimentação e transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de acompanhamento pedagógico, atividades culturais, artísticas, esportivas, de lazer, de direitos humanos, de Educação Ambiental, de cultura digital, de saúde, de comunicação e uso de mídias e outras previstas neste manual.

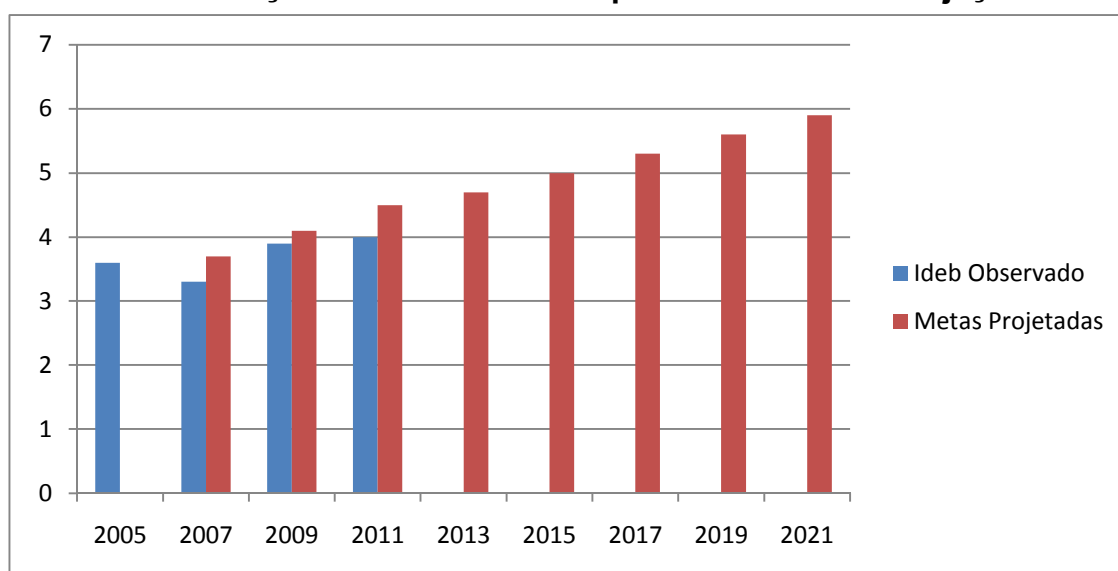
¹⁰ Para a aquisição de kits de materiais e/ou serviços definidos, conforme as atividades selecionadas no Plano de Atendimento de cada escola.

executora, à atualização cadastral da UEX e à adesão da Entidade Executora, ou seja, pela Secretaria Municipal de Educação no PDDE WEB.

Para realização do Programa, foi necessária a construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, colocando em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios envolvidos com o objetivo de contribuir para a diminuição das desigualdades educacionais, bem como a valorização da diversidade cultural brasileira.

Atendendo prioritariamente alunos de escolas com baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas onde apresentam consideráveis índices de vulnerabilidade social que demandam urgência de políticas públicas. Observando os gráficos abaixo:

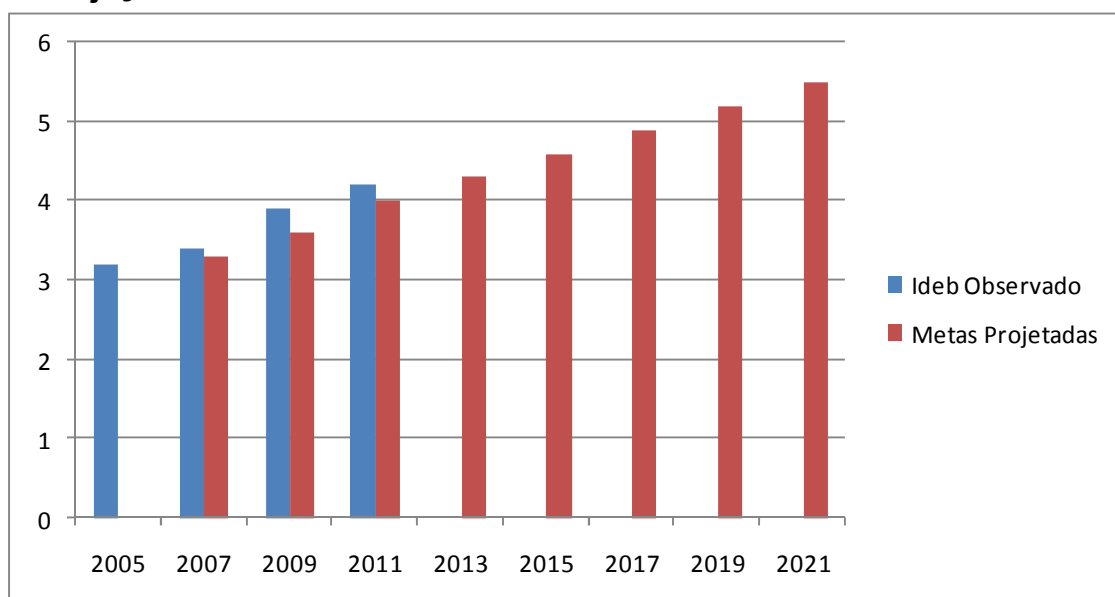
Gráfico 1 – Evolução do IDEB do Município de Fortaleza e Projeção Nacional



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INEP.

Observamos que a evolução dos índices do IDEB no município de Fortaleza, do ano de 2007 a 2009 foi aproximadamente ao da meta projetada, período em que houve a implementação do Programa Mais Educação. Nesse contexto esta pesquisa não aponta relação direta do programa com a evolução do índice.

Gráfico 2 – Evolução do IDEB da Escola Municipal Casimiro Montenegro e Projeção Nacional.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INEP.

O Gráfico mostra a realidade da escola frente às metas projetadas, o que comprova que a referida escola apresenta índices superiores aos pré-estabelecidos anualmente. Sugerindo pelo que observamos na pesquisa que o Programa Mais Educação pode contribuir para a manutenção e/ou superação dos índices, além de desenvolver integralmente os alunos.

Conforme mencionado anteriormente, o Programa Mais Educação tem como financiador o FNDE (Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação), através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). As atividades foram organizadas em macro campos, de acordo com as áreas afins do desenvolvimento. Conforme quadro a seguir:

Quadro 3- Macro campos e atividades do Programa Mais Educação.

MACRO CAMPO	ATIVIDADES
Acompanhamento Pedagógico	Matemática; Letramento; Línguas Estrangeiras; Ciências; História e Geografia; Filosofia e Sociologia
Meio Ambiente	Com-Vidas – Agenda 21 na Escola – Educação para Sustentabilidade; Horta escolar e/ou comunitária

Esporte e Lazer	Atletismo; Ginástica rítmica; Corrida de orientação; Ciclismo; Tênis de campo; Recreação/lazer; Voleibol; Basquete; Basquete de rua; Futebol; Futsal; Handebol; Tênis de mesa; Judô; Karatê; Taekwondo; Ioga; Natação; Xadrez tradicional; Xadrez virtual; Programa Segundo Tempo.
Direitos Humanos em Educação	Direitos humanos e ambiente escolar
Cultura e Artes	Leitura; Banda fanfarra; Canto coral; Hip hop; Danças; Teatro; Pintura; Grafite; Desenho; Escultura; Percussão; Capoeira; Flauta doce; Cineclube; Prática circense; Mosaico.
Cultura Digital	Software educacional; Informática e tecnologia da informação (PROINFO); Ambiente de Redes Sociais.
Promoção da Saúde	Atividades de: alimentação saudável/alimentação, saúde bucal, práticas corporais; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde (dengue, febre, amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).
Educomunicação	Jornal escolar; Rádio escolar; Histórias em quadrinhos; Fotografia; Vídeo.
Investigação no Campo das Ciências da Natureza	Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos
Educação Econômica	Educação econômica e empreendedorismo; Controle social e cidadania.

Fonte: Elaborado pela própria autora, com dados do manual do Programa Mais Educação.

Dentre as opções de atividades ofertadas acima, devem ser observados alguns critérios para escolha de quais atividades serão desenvolvidas nas escolas. Para isso, é importante considerar o público-alvo do Programa, e só então definir conforme a realidade local quais atividades vão ao encontro dos objetivos e necessidades da comunidade escolar atendida pelo Programa Mais Educação.

Nesse contexto, os documentos de referência para implementação sugerem que o público atendido pelo Programa Mais Educação seja: estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência; estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos; estudantes em defasagem de série/idade; estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º e 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase; estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, podemos observar que o público a ser atendido pelo programa apresenta tanto alunos que podem determinar uma visão negativa tendo sua origem em classificações no percurso seletivo, quanto àqueles que contrapõem essas visões e se apresentam como protagonistas, fortalecendo a visão afirmativa.

Em consonância com o projeto político-pedagógico e em diálogo com a comunidade, a escola deverá definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo o Conselho Escolar¹¹ participante da escolha.

Uma vez definidos quantos e quais alunos participarão, e observadas as atividades que contribuam para o alcance dos objetivos definidos no PPP da escola, o próximo passo é a seleção dos monitores para desenvolver as atividades. Preferencialmente estudantes universitários, profissionais da educação e agentes comunitários.

Os sujeitos envolvidos nesse processo não se restringem aos alunos, monitores e professores; o gestor escolar também tem um papel importante para o sucesso do Programa, sendo o responsável pela articulação do diálogo e socialização de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Assim como o Conselho Escolar para fiscalizar, acompanhar, deliberar e ser co-responsável nas decisões.

A nosso ver uma preocupação é a questão dos espaços físicos da escola para realização das atividades. Falta de espaço livre ou com possibilidade de otimização não são determinantes para a oferta da Educação Integral, muito menos deve ser motivo de desmobilização. O mapeamento de espaços, tempos e

¹¹ Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados responsáveis juntamente com o gestor das escolas, pela gestão escolar. Composto por representantes dos segmentos da comunidade escolar como: professores, funcionários, pais e alunos.

oportunidades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, toda a comunidade.

A escola deve dialogar com as atividades propostas pelo Programa Mais Educação.

A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates, ideias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nesta escola os meios de autoemancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser (FREIRE, 1991, p.16).

Nesse sentido a importância da participação familiar e comunitária nesta empreitada em prol da melhoria de vida dos alunos, por meio da Educação Integral, possibilita a socialização da função social da escola para além do ensino-aprendizagem.

O ambiente de aprendizagem construído a partir das redes intersetoriais apresenta-se à escola não mais como único espaço de aprendizagem e sim, mostra à comunidade e à cidade diferentes possibilidades educacionais e de construção do conhecimento por meio da vivência.

2.3 As diferentes fases de implementação do Programa Mais Educação

Segundo o manual de implementação do Programa Mais Educação ano 2008, este visa fomentar projetos ou ações de articulação de políticas sociais, por meio de sensibilização, incentivo e apoio ao desenvolvimento integral oferecidos aos estudantes das escolas públicas.

Significa dizer que a escola sozinha não consegue desenvolver integralmente seus alunos, uma vez que é necessário para tanto que a Entidade Executora, ou seja, a Secretaria de Educação, realize a adesão ao Programa. Fato que apresenta evolução significativa, conforme mostra tabela abaixo:

Tabela 1: Evolução da adesão ao Programa Mais Educação no Brasil – 2008 a 2011

Ano	Estados	Municípios	Escolas	Estudantes
2008	26 e DF	55	1.380	386.000
2009	Todos	126	5.000	1.500.000
2010	Todos	389	10.000	2.300.000
2011	Todos	*	14.995	3.067.644

Fonte: Portal MEC. Tabela elaborada pela autora.

* Dados não encontrados no portal do Ministério da Educação (MEC).

Segundo os dados coletados no portal do MEC, há um crescimento da adesão nos últimos anos, o qual apresenta a totalidade dos Estados aderindo ao Programa Mais Educação como estratégia de Educação Integral.

Uma vez propostas as orientações, a próxima etapa é a habilitação do Programa através dos Planos de Atendimento, que deverão ser definidos de acordo com o projeto político pedagógico das unidades escolares e desenvolvidos, por meio de atividades dentro e fora do ambiente escolar, ampliando tempo, espaço e oportunidades educativas, na perspectiva da Educação Integral do estudante (BRASIL, 2012).

Para tanto, é necessário seguir etapas com o intuito de garantir o sucesso do Programa. São elas:

- a) Escolha das atividades:** A escola poderá escolher três ou quatro macro campos, e dentre estes, poderá optar por cinco ou seis atividades para serem desenvolvidas com os estudantes, sendo ainda o macro campo “Acompanhamento Pedagógico” obrigatório para pelo menos uma atividade;
- b) Definição da escolha dos alunos:** de acordo com os critérios descritos no anteriormente;
- c) Formação das turmas:** Cada turma deve ter 30 estudantes, que poderão ser de idades e séries variadas;

- d) **Monitores**¹²: Preferencialmente universitários, podendo também desempenhar a função de monitoria agentes comunitários, de acordo com suas competências, saberes e habilidades; e
- e) **Kits de Materiais** – São compostos por materiais pedagógicos e de apoio sugeridos para o desenvolvimento de cada uma das atividades, adquiridos por meio de recursos do FNDE.

A escola a qual foi realizada esta pesquisa, adquire os kits de acordo com a sugestão do manual do programa, e exceto quando o item não faz parte do material disponível pelo fornecedor, este item é substituído por outro similar ou com a mesma função.

Segundo a Assessoria de Comunicação Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), há investimento de milhões de reais no financiamento da educação integral em escolas públicas do ensino básico, repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esse valor vai contemplar unidades executoras (conselhos escolares, associações de pais e mestres, etc.) de escolas das cinco regiões brasileiras.

O Financiamento se concretiza por meio da adesão que deve ser operacionalizada diretamente pelo gestor da escola, no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

Segundo a então diretora de currículos e educação integral da educação básica do MEC, Jaqueline Moll, é conferida grande importância ao programa. “O Mais Educação é uma ação indutora da construção da agenda da educação integral no Brasil”, disse. “É preciso que todos os gestores que entram possam ter tempo de se apropriar disso”¹³.

O governo federal reforçou as ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, no âmbito do Mais Educação, com a oferta das atividades de letramento para os anos iniciais do ensino fundamental e de produção de texto para os anos finais.

Cada etapa descrita acima é de significado ímpar para a efetividade do Programa e, portanto motivo desta pesquisa avaliativa.

¹² O trabalho do monitor deverá ser considerado de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, e o ressarcimento das despesas deverá ser calculado de acordo com o número de turmas monitoradas e limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

¹³ Fonte: depoimento em vídeo conferência ano 2008.

2.3.1 Metamorfoses no Programa Mais Educação

Não vejo palavra melhor para determinar a dinâmica e o fluxo de um programa educacional, pois aqui nos referimos a metamorfose como mudança ou transformação.

Ao realizar a pesquisa, pude perceber as transformações em níveis macros e micros, o que interferiu diretamente no desenvolvimento do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro.

Mudanças originadas no âmbito governamental, refletidas diretamente na escola, mostram que no final do ano letivo de 2012 o Programa Mais Educação foi interrompido por falta de verba, caso não ocorrido em outras unidades escolares as quais ainda restavam verba destinada às atividades e principalmente ao ressarcimento dos monitores.

Em 2012 foi ano de eleições para os gestores municipais, o que demanda maior tempo para resolução de situações gerenciais devido à atenção destinada para apropriação das demandas bem como implantação do plano de governo.

A administração da Secretaria de Educação do município de Fortaleza, na tentativa de superar o déficit educacional das crianças e jovens matriculados na rede pública municipal, adotou medidas consideradas por muitos radicais, porém necessárias para a evolução do processo educacional.

Uma delas foi convocar todos os professores do quadro efetivo do magistério que estavam desempenhando outras funções, objetivando um índice maior de qualificação profissional dos educadores. Estabeleceu a seleção pública para o banco de gestores, reorganizou as unidades escolares entre os Distritos de Educação e as Secretarias Executivas. Medida que resultou na alteração do âmbito ao qual estava inserida a Escola Municipal Casimiro Montenegro do Distrito Educacional V para o Distrito Educacional IV.

A escola antes contava com a figura do professor coordenador do programa mais educação com dedicação exclusiva ao acompanhamento das atividades do programa, planejamento com os monitores, organização das demandas, em fim as atribuições citadas no corpo desta pesquisa. Agora não há mais um coordenador do programa, na realidade o diretor da escola e/ou o coordenador pedagógico é quem irá desempenhar as funções deste.

Como o recurso não foi repassado, ficamos impossibilitados no momento de avaliar a nova dinâmica que se desenha configurando a nova realidade do desenvolvimento do programa.

Devido ao atraso no calendário letivo, como consequência de constantes paralisações de professores, foi originada a assinatura do Pacto de Responsabilidade Social e Pedagógica pelos Estudantes da Rede Pública de Fortaleza, firmado entre a SME e diversas instituições ligadas à Educação, como Ministério Público, Conselho Municipal de Educação e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O que se pretendeu com esta medida foi a antecipação do ano letivo de 2013, com o compromisso de ampliar a carga horária dos alunos. Como estratégia nas turmas de Ensino Fundamental I, foi implantada a adesão de horas extras, feriados, sábados e parte das férias escolares em que os alunos têm garantidas as aulas e os professores a compensação financeira pela ampliação.

Em relação ao ensino fundamental II, a proposta é ampliar o atendimento do programa mais educação com a universalização da participação dos alunos do ensino fundamental II.

As mudanças significaram movimentação no sistema municipal educacional, debates que estavam “adormecidos” vieram à tona, como a (re) organização curricular, concepção de gestão democrática, interesses políticos em detrimento do processo educacional e assim a quebra de paradigmas; o que não pode ser negligenciado ou esquecido é o foco do desenvolvimento integral dos alunos.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CASIMIRO MONTENEGRO

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza aderiu ao Programa Mais Educação, inicialmente com as unidades escolares que apresentaram baixos indicadores do IDEB, com alunos em situação de vulnerabilidade social, distorção idade/série, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles que desejassem participar do Programa. Vale ressaltar que os critérios para escolha das atividades deveriam estar em coerência com o Projeto Pedagógico da escola.

Uma vez que o Programa Mais Educação não se trata de algo a parte, e sim de uma estratégia de educação integral inserida no contexto escolar através da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem. Para tanto deve observar se seu planejamento, concepção e funcionamento vão ao encontro do que estabelece o PPP da escola já que este define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade.

Seguindo as etapas descritas no tópico anterior a Escola Municipal Casimiro Montenegro, implementou no ano letivo de 2008 o Programa Mais Educação como estratégia de Educação Integral.

Por se tratar do primeiro ano de implementação do Programa surgiam dúvidas, anseios e incertezas de como e/ou se iria ser relevante a adesão do Programa Mais Educação. Reuniões de sensibilização foram realizadas pelos diversos segmentos da comunidade escolar assim como momentos de orientação realizados pelo Distrito de Educação e a Secretaria Municipal de Educação. Dúvidas como a da Senhora Lúcia¹⁴:

“isso vai ser o reforço para os alunos atrasados, e eles vão ficar aqui o dia todo, ainda tem dever de casa e o almoço?”

As reuniões tinham o objetivo de sanar dúvidas como a supracitada e socializar a concepção de educação integral, embutida na proposta do Programa.

O passo inicial foi a escolha das atividades e quantidade de alunos que pretendiam atender. Em conformidade com o PPP da escola que contempla uma formação humana integral e ensino de qualidade ofertado aos alunos, e ainda uma

¹⁴ Os nomes apresentados nessa pesquisa tratam-se de nomes fictícios, para preservar a identidade dos entrevistados.

melhor otimização dos espaços disponíveis na escola, foi o que determinou optarem pelos macros campos e atividades conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Macro campos e atividades do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro.

MACRO CAMPO	ATIVIDADE
Educomunicação	Jornal escolar
Acompanhamento Pedagógico	Letramento
Acompanhamento Pedagógico	Matemática
Acompanhamento Pedagógico	História e Geografia
Meio Ambiente	Agenda 21
Cultura e Artes	Canto Coral

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Realidade alterada apenas no ano de 2011, por ser substituída a atividade Jornal Escolar do macro campo Educomunicação pela atividade Informática e tecnologia da informação – PROINFO do macro campo Cultura Digital.

Não houve atendimento do Programa Mais Educação na escola no ano de 2012, devido à falta de repasse de verba. Conforme nos colocou a Secretaria de Educação e a direção da escola.

O atendimento do Programa Mais Educação no que se refere à quantidade de alunos é de 120 (cento e vinte) ao todo, compreendidos em duas turmas de 30 (trinta) em cada turno escolar diurno, e com alunos do ensino fundamental I do 3º ao 5º ano.

Conforme documento norteador manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro através do programa dinheiro direto na escola – PDDE, no exercício de 2009, cada atividade tem ementa¹⁵ própria que podemos analisar se está em conformidade com o PPP da escola e conseqüentemente optarem. Para que se analise, seguem as ementas de cada atividade escolhida pala escola.

Jornal escolar: “Utilização de recursos de mídia impressa no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares. Construção de propostas de cidadania engajando os alunos em projetos de colaboração para a melhoria das relações entre as pessoas, que discutam questões ligadas à

¹⁵ As ementas foram transcritas na íntegra do documento manual de educação integral para obtenção de apoio financeiro através do programa dinheiro direto na escola – PDDE, no exercício de 2009 uma vez que se trata de análise documental.

construção de projeto de vida, sexualidade, saúde, meio ambiente e ao combate de todas as formas de discriminação e preconceito entre outras”.

Atividade contemplada pela escola de 2008 a 2010 envolvia não só os alunos atendidos pelo Programa Mais Educação, mas sim todos os alunos da escola, por conter matérias de interesse coletivo, mensagens do coração, receitas, piadas, caça-palavras, classificados, produções de textos, desenhos e outros. A dificuldade encontrada foi a impressão em tempo hábil, e como, segundo a coordenadora do Programa Mais Educação, na escola eram muitos os materiais para análise e escolhas dos editores do jornal, estes não entravam em consenso facilmente. A monitora dos anos de 2008 e 2009 era estudante universitária do curso de letras da Universidade Federal do Ceará, nos anos de 2010 e 2011, era estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Letramento: “Leitura do mundo através da leitura da palavra escrita. Produção, expressão e interpretação de diversos contextos e discursos culturais, exercitando a prática social da linguagem (escrita e leitura). Conhecer a relação e a integração entre oralidade, escrita e letramento. Variação linguística e juízo social: o preconceito linguístico”.

Conforme Simonetti (2007) o desafio de alfabetizar e letrar na escola é conseguir que os alunos leiam e escrevam de forma espontânea, criativa, construtiva e que possam inserir-se no universo da cultura escrita. Forma de incluir os alunos no universo da leitura, “como condição de quem não apenas sabe ler, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (Soares, 1998, p.47).

Através da leitura o aluno conhece o mundo de forma clara e crítica, contribuindo assim para a educação integral. A referida atividade teve de 2008 a 2011 a mesma monitora nas quatro turmas, sendo esta estudante universitária do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, residente na comunidade e que ultrapassou os muros da escola realizando aulas de campo em museus, pontos turísticos e na própria comunidade objetivando a aquisição de experiências e observações como conteúdo significativo para produções de textos individuais e coletivos.

Matemática: “Compreensão dos processos básicos da construção do pensamento lógico-matemático, resolução de problemas cotidianos por meio dos conhecimentos matemáticos. Potencialização de uma aprendizagem matemática significativa, contemplando a interdisciplina com outros campos do saber escolar.”

A resolução de problemas cotidianos faz parte do universo humano, segundo Piaget (1990, P.01), “o conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua...”.

Para o desenvolvimento da autonomia dos alunos, é importante que eles tomem suas próprias decisões. Quando se definem objetivos cognitivos num contexto da autonomia como objetivo maior, usa-se o conhecimento matemático para o desenvolvimento sócio emocional.

O monitor desta atividade em 2008 e 2009 foi um ex-aluno da escola, morador da comunidade e que estava finalizando o ensino médio, tinha um ótimo relacionamento com as turmas e usava da criatividade para desenvolver sua monitoria; de 2011 a 2012, o monitor passou a ser universitário do curso de ciências contábeis, que necessitou de uma intervenção da coordenação do Programa Mais Educação para nortear seu planejamento e oportunizar alguma noção de didática.

História e Geografia: “Compreensão dos aspectos geográficos (físicos e humanos) e contextos históricos (sociais, políticos e culturais), necessários para compreensão do espaço/tempo locais, regionais, nacionais e mundiais”.

A atividade não alcançou os objetivos propostos, os alunos não tinham motivação e interesse pelos temas, fato a ser analisado posteriormente. Apresentou rotatividade de monitores.

Agenda 21: “Construção de espaços dialógicos, democráticos e participativos que promovam o intercâmbio entre escola e comunidade. Fortalecimento da educação para a sustentabilidade, com ações de combate a práticas relacionadas ao desperdício, à degradação e ao consumismo, visando à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Constituição e/ou fortalecimento da Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola”.

Atividade que oportunizou em alguns momentos a intersetorialidade efetiva entre a comunidade e a escola através de atividades específica como oficina de reciclagem, panfletagem e material para o jornal escolar.

Canto Coral: “Desenvolvimento do gosto pela música como instrumento para o desenvolvimento integral e como prática socializadora. Familiarização com diferentes ritmos e arranjos musicais. Compreensão da construção musical, especialmente da utilização da voz como elemento de constituição do sujeito”.

Pesquisadores reconhecem a música como eficiente no processo de desenvolvimento da mente humana, promove o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, em especial em questões reflexivas voltadas para o pensamento filosófico.

Atividade desenvolvida desde 2008 por uma professora de música aposentada, voluntária, residente nas proximidades da escola. Os alunos demonstram prazer em participar da atividade e satisfação nas apresentações.

Informática e tecnologia da informação: “Promover a apropriação crítica das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, contribuindo para a alfabetização tecnológica e formação cidadã de crianças e adolescentes. Utilização dos recursos da informática e conhecimentos básicos de tecnologia da informação no desenvolvimento de projetos educativos dentro dos espaços escolares e na comunidade”.

As redes sociais representam a inclusão na cultura digital, sendo de interesse dos alunos e um campo de possibilidades de desenvolvimento extremamente significativo.

Seu monitor é estudante do curso técnico em informática da escola profissionalizante de Maracanaú, município da região metropolitana, apresenta para os alunos uma forma lúdica de aprender.

Uma vez observados os aspectos anteriores, realizam o cadastro do Plano de Atendimento através do SIMEC¹⁶. Uma das etapas administrativas no processo de implementação, no percurso realiza-se a seleção de monitores, já especificados anteriormente, aquisição dos kits de material e por fim a excussão do Programa.

O acompanhamento é realizado pelo núcleo gestor, Conselho Escolar e a coordenação do programa mais educação; esta última foi indicada pela direção e aprovada pela comunidade escolar (Conselho Escolar) de 2008 a 2011, uma professora efetiva da rede municipal, pedagoga, lotada 200h mensais na própria escola e com disponibilidade e interesse no desafio de educar integralmente.

¹⁶ SIMEC é o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação no Brasil. A ferramenta permite ao MEC planejar o Orçamento público no que diz respeito aos gastos em educação do Governo Federal. Todas as etapas do ciclo orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei orçamentária anual) são contempladas pelo sistema.

Assim a escola contempla as etapas de adesão e inicia a implementação do programa, transformando o cotidiano escolar, exposto em capítulo seguinte.

3.1 Base territorial da escola Casimiro Montenegro: perfil sócio econômico do bairro

O termo Itaperi origina-se do Tupi que significa pequena aldeia no meio da Floresta. Com mais de cento e setenta anos a história do bairro confunde-se com a história dos seus moradores mais antigos, pois evolui de aldeia a vila e de vila a um dos bairros de nossa cidade. Os primeiros moradores a habitar o bairro, foram das famílias Freitas, Barreto, Brasitino e Roque.

Segundo relato da Senhora Valda Cavalcante¹⁷ de quase oitenta anos e moradora do bairro na década de 1960, fala que conheceu e ouviu as histórias de épocas anteriores. De um atoleiro da estrada de barro hoje podemos ver o seu desenvolvimento com grandes comércios e empreendimentos. Seguindo o relato da referida senhora, houve época que “tudo era muito difícil, para se cozinhar, beber e outras necessidades, a água que era utilizada tinha que ser pegue no bairro da Maraponga e a padaria mais próxima ficava localizada no bairro Parangaba e os moradores tinham que andar por uma estrada de barro e muito mato até chegar lá.”

Parecia com a realidade interiorana, com as manadas de gado, tráfego de carros de boi e jumentos carregados com mantimentos de água seguindo em várias direções. Ao redor, havia ainda poucas habitações, mas desde o início, o bairro já era um corredor de acesso ao bairro da Parangaba.

Não existiam locais de trabalho no bairro e quem queria trabalhar tinha que ir para a fábrica de louças que ficava ao lado do hoje Terminal da Parangaba. Os relatos de alguns moradores dão conta de que a primeira mercearia surgiu no ano 1942. Os meios de transporte para a comunidade local eram o jumento e a cabriola mais conhecida como charrete, ou então as pessoas saíam a pé, pois o transporte coletivo que conhecemos por ônibus só surgiu em 1946 e só existiam em três horários: às três da manhã, ao meio dia e às seis horas da noite.

Não existia energia elétrica, a iluminação era feita especificamente pelas lamparinas e lampiões, pois a iluminação só chegara em 1959. As festas que

¹⁷ História narrativa.

existiam naquela época eram as quermesses e o primeiro rádio a bateria surgiu em 1949.

Com o passar do tempo ocorreram muitas mudanças no bairro, e uma delas foi a pavimentação com pedra tosca da atual Av. Bernardo Manuel, que na década de 70, chamava-se Av. Expedicionários. Outro grande feito foi a chegada do asfalto, nos anos 80.

Em relação ao desenvolvimento industrial e comercial do bairro, a construtora Beta, a Empresa CIALNE, e a Rádio Dragão do Mar, foram as primeiras empresas instaladas no Itaperi. Hoje, a Têxtil Bezerra de Meneses que chegou na década de 80 como uma pequena empresa de fabricação de fios, se mantém, no mercado como uma grande empresa e é responsável por empregar boa parte da população local.

Devido à especulação imobiliária e comercial presente na Avenida Bernardo Manuel, grande parte dos moradores venderam suas casas. “É por isso que a gente vê poucas residências, a maioria são lojas”, fala de uma moradora.

A estrutura do bairro conta hoje com um supermercado de médio porte, o Mercadinho Dimas, padarias, a Escola Municipal Casimiro Montenegro, postos de gasolina; ao lado de um deles, está o supermercado O Povo, sorveterias, depósito de construção, uma igreja católica, localizada na praça do bairro em frente ao Posto de Saúde Luiza Távora, centro espírita, várias Igrejas Evangélicas, sendo as mais antigas, a Assembléia de Deus Templo Central e a Igreja do sétimo dia, além de campos de futebol, e vários salões de cabeleireiros e pequenos armarinhos; Uma Associação de Moradores desativada, uma casa de recuperação feminina de jovens infratoras; Possui metalúrgicas, fábrica de cadeiras e mesas tubulares, oficinas mecânicas, sendo o ramo de confecção o que mais emprega no bairro, pois durante a visitação no bairro visualizamos mulheres realizando acabamentos de confecções em regime de trabalho informal. “Temos uma carência muito grande de costureiras, pois, são muitas as microempresas que trabalham confeccionando roupas para revenda no atacado”, conforme nos coloca o Senhor Orácio dono de uma facção.

O bairro conta com um projeto social chamado Projeto Resgate de Vidas¹⁸, que conta com vários serviços prestados, desde transporte gratuito aos moradores em caráter de urgência, e uma ambulância, além de cursos de corte e

¹⁸ Iniciativa de um ex-vereador que por vezes confundia a função de prestação de serviço voluntário com a possibilidade de favor político, segundo moradores.

costura, informática, arte marcial. O espaço é aberto ao público, que podem solicitar o uso do mesmo desde que não aflija as normas de ordem pública e obedecendo à lei do silêncio estabelecida por lei municipal.

Nesse contexto o outro espaço utilizado pelos moradores do bairro é o da Escola Municipal Casimiro Montenegro, pois sua quadra escolar é usada para aniversários, casamento, cultos, reuniões de moradores e do grupo Alcoólicos Anônimos.

Segundo dados do IPECE o Itaperi é um dos vinte bairros da Regional IV com baixos índices de desenvolvimento econômico e baixa renda, como mostra a seguinte tabela.

Tabela 2. Distribuição da Renda e da População por Regionais Administrativas de Fortaleza.

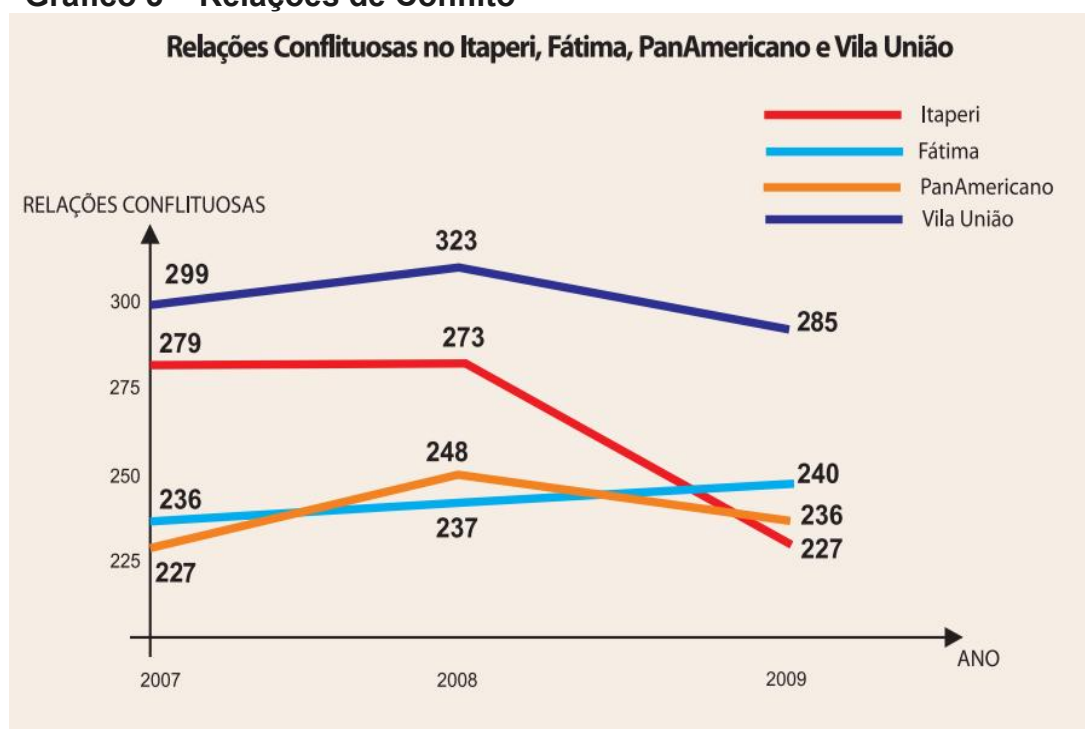
SER	Número de Bairros	População	%	Renda	Média Rk
I	15	363912	14.8	587.7	5
II	21	363406	14.8	1850.1	1
III	16	360551	14.7	658.0	4
IV	20	281645	11.5	845.2	2
V	18	541511	22.1	471.7	6
VI	29	541160	22.1	715.4	3

Fonte: Censo Demográfico 2010 do IBGE. Elaboração IPECE

A violência ocupa um lugar central no cotidiano das grandes cidades. Fortaleza e especificamente a Regional IV não poderiam ser exceção. Adotamos aqui como significado para violência o conjunto amplo de ações sociais consideradas indesejadas e dignas de punição legal e social (cartilha mapa da violência, 2009, p. 9).

É entendida como algo que é construído social e culturalmente. Isto é, varia no tempo, no espaço, de sociedade para sociedade e de cultura para cultura.

Tendo sido considerado como um bairro de situação intermediária em relação aos registros de situações conflito conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Relações de Conflito

Fonte: Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza (2009)

Realizar a contextualização da história do local onde a Escola Municipal Casimiro Montenegro está inserida é imprescindível para a continuidade do estudo na mesma.

Os alunos residem em um bairro que não apresenta efetivamente opções de lazer, entretenimento, esporte, convivência, cultura e arte. Passam a ter na escola o espaço de desenvolvimento e oportunidades.

Apesar da pesquisa que originou o mapa da criminalidade apontar baixo índice de conflitos, relatos retratam situações intensas de conflitos, que envolvem frequentemente famílias de alunos, determinada pela população local ser reduzida e a escola ser a única do bairro.

Portanto significa dizer que os dados apresentados neste trabalho correspondem à realidade do espaço delimitado.

3.2 Escola Municipal Casimiro Montenegro: caracterização e estrutura de funcionamento

Na década de 1950, a família Montenegro, proprietária de uma fazenda situada no atual bairro do Itaperi, observou a necessidade de uma escola para suas

crianças, que foi aumentando à medida que mais famílias vinham se instalar nas vizinhanças da fazenda (PPP, 2005).

Em 1952, o prefeito Paulo Cabral de Araújo recebeu, em doação, do Sr. Eduardo Montenegro, o terreno para construção de uma escola. A construção constou, na verdade, de uma casa para uma professora e de um pavilhão com uma única sala de aula. Esta escola, entretanto, só foi inaugurada no ano de 1958. Assumiu a administração da escola e a sala de aula a professora Francisca Barroso, nela permanecendo durante 17 anos.

Em 1968, durante a gestão do prefeito Murilo Borges, a escola teve sua infra estrutura aumentada, passando a se denominar Escola Reunida. Posteriormente a escola passou a se chamar Escola de 1º Grau Casimiro Montenegro, nome dado em homenagem ao pai do Sr. Eduardo Montenegro, o doador do terreno da Escola.

A escola Casimiro Montenegro teve como gestora Zefinha Martins Mesquita, que foi a primeira diretora nomeada em 1975. Seu falecimento inesperado reduziu sua gestão para apenas dois anos.

Ednólia Moreira Braga assumiu o cargo em 1977 permanecendo por 21 anos. Durante sua administração a escola tomou um grande impulso. Foi criado um laboratório de Ciências que depois foi transformado em sala de matemática. Nesta gestão, a Escola Casimiro Montenegro chegou a ser a sede do Núcleo Regional de Ensino V – NURE V que coordenava todas as atividades junto às escolas que a ele se agregavam. Muitas atividades importantes eram realizadas, tais como: planejamentos pedagógicos que contavam com a participação de todos os professores de 1ª a 4ª série de sua área de abrangência; Seminário de Avaliação Escolar, uma iniciativa exclusiva dos professores da Escola; Seminário sobre Gestão Colegiada, realizado em dezembro de 1993 no auditório do Banco do Nordeste, no Passaré e que contou com a participação do então Secretário de Educação da cidade de Porto Alegre – RS. A realização desse Seminário deveu-se ao esforço tanto da direção, de professores e técnicos da escola, como da colaboração da Secretária de Educação do Município de Fortaleza. Em 1995, por iniciativa da professora Ednólia, do professor Círio Pereira Filho e do orientador educacional Giovanni Batista Codonotti, foi criado o primeiro Conselho Escolar do município de Fortaleza. Sua primeira diretoria, composta por presidente, vice-presidente e secretário, respectivamente representada por Giovanni Batista Godotti, orientador

educacional, João Evangelista, pai de aluno e Maria do Socorro Alves da Silva, professora. Durante o período em que esteve à frente da direção da escola, Ednólia teve como vice-diretoras: Rocilda Maria Moreira, Maria de Lourdes Campelo Rodrigues, Maria do Socorro Carneiro Maciel, Raimunda Edilce Nogueira Lessa e Antônia Aiglay Barbosa Codenotti. Desenvolveram a função de supervisoras escolares, neste período: Maria Neuma de Moura, Maria Romélia Marinho, Maria das Mercês Fernandes e Francisca Alves de Sousa.

Antônia Aiglay Barbosa Codenotti – ocupou o cargo a partir de 1995, após ter sido eleita pelo voto direto da comunidade escolar. Durante o período de sua administração se deu a criação da Rádio Comunitária que, por falta de manutenção e de cursos que dessem aos alunos a chance de garantirem o seu funcionamento teve seus trabalhos suspensos. Nesse período, a escola apresentou à Divisão de Educação da Regional V o projeto EMBRIONARTE que serviu de motivação para a realização em 1999, na própria escola, do “Seminário de Arte e Educação na Escola”, que contou com a participação de artistas da área da SER V. No mesmo ano agrega-se à unidade o anexo Colégio Brasil, a fim de garantir o atendimento para o excedente de matrícula. Esse atendimento deu-se apenas por um ano, em razão da criação do um turno intermediário que funcionava das 10 horas às 13 horas. Em janeiro de 2000, a vice-diretora, Francisca Alves de Sousa, deixa o cargo sendo substituída por Ivanize Magalhães Ferreira que exercia a função de supervisora escolar, após ter seu nome indicado pelo Conselho escolar.

Ivanize Magalhães Ferreira assumiu a direção da escola após o afastamento de Antônia Aiglay, sendo nomeada em janeiro de 2001. Para exercício do cargo de vice-diretora, o Conselho escolar indica o nome da orientadora educacional Luíza Alice Lopes Menezes. Nas eleições realizadas em novembro do mesmo ano, as duas são reconduzidas aos respectivos cargos, agora por um mandato de dois anos. Nessa gestão foram criados o Conselho de Lideranças de Turmas, o grêmio Estudantil Edson Luiz, o Conselho de pais, a sala de Apoio pedagógico e o Laboratório de Informática. No ano de 2003, foi introduzida a disciplina de Filosofia – “Educação para o pensar” nas turmas de 5^a a 8^a séries.

De uma casa para a professora e um pavilhão que servia de sala de aula, a Escola Municipal Casimiro Montenegro foi sendo construída por partes na medida em que crescia a demanda de matrículas. Por esse motivo a escola tem uma configuração física meio “desarrumada” que dificulta a sua organização.

O aumento crescente da demanda de matrícula e a necessidade da eliminação do turno intermediário determinaram a inclusão de outro anexo instalado na Escola Porta de Papel, situada à Rua Imperatriz, nº 63, no Itaperi que atendeu a 257 alunos de Educação Infantil até o final de 2003. Ressalte-se que o referido anexo oferecia instalações impróprias para a educação infantil. Por esta razão iniciou-se uma luta em prol da construção de um Centro de Educação Infantil no bairro Itaperi, fato que não se concretizou.

No ano de 2003, a Escola passou por uma nova transformação em sua estrutura física em consequência do alargamento da Avenida Bernardo Manoel.

A escola conta atualmente com vinte e uma salas de aula, um laboratório de informática, uma sala de apoio pedagógico, uma biblioteca, um auditório, uma quadra de esporte coberta e uma sala de escovação, diretoria, secretaria, sala de educação física e sala de professores.

A Escola Casimiro Montenegro manteve-se na vanguarda dos movimentos que objetivam a melhoria da escola pública. Não se pode esquecer que, a manifestação grevista ocorrida em 1983 que se estendeu por todo o estado do Ceará, teve início nesta escola, que mobilizou toda a categoria através da TVE, após a realização de uma reunião ocorrida no turno da noite, na quadra de esportes ao lado da Escola Raquel de Queiroz, situada na 2ª Etapa do Conjunto José Walter. A escola desencadeou também o processo de discussão e avaliação do sistema de ensino pela TV, o que contribuiu significativamente para a sua extinção.

Em discussões mais recentes, a Escola Municipal Casimiro Montenegro tem se questionado sobre o papel que desempenha na sociedade enquanto agência educadora. Esses questionamentos se fundamentam em dois aspectos principais: 01. Transmitir e gerar conhecimentos; 02. Desenvolver ações compensatórias exigidas pela comunidade a quem atende e que apresenta uma situação de extrema carência sócio-econômica e cultural.

Essa dualidade de tarefas que se intercambiam está sempre a mostrar um quadro de fracasso escolar, que se agrava a partir do momento em que a escola se constitui a única do bairro onde está situada, o Itaperi, por atender uma grande demanda de matrícula e por ter que formar turmas com um excessivo número de alunos.

Embora inclusive, a nível nacional, segundo dados do Sistema de Avaliação do Ensino – SAEB, a escola pública apresente índices baixíssimos de

aprendizagem, a Escola Municipal Casimiro Montenegro vislumbra que esta situação pode ser revertida a partir da conjugação de forças – Sistema Municipal de Educação, Escola e Família.

Para o funcionamento da referida escola contamos hoje com um quadro funcional composto por 53 professores, sendo 04 da educação infantil, 21 do ensino fundamental I, 28 do ensino fundamental II e 02 da educação de jovens e adultos; 11 funcionários e 12 técnicos incluindo aqui o núcleo gestor. Atendendo 1099 alunos conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Quantidade de alunos da Escola Municipal Casimiro Montenegro.

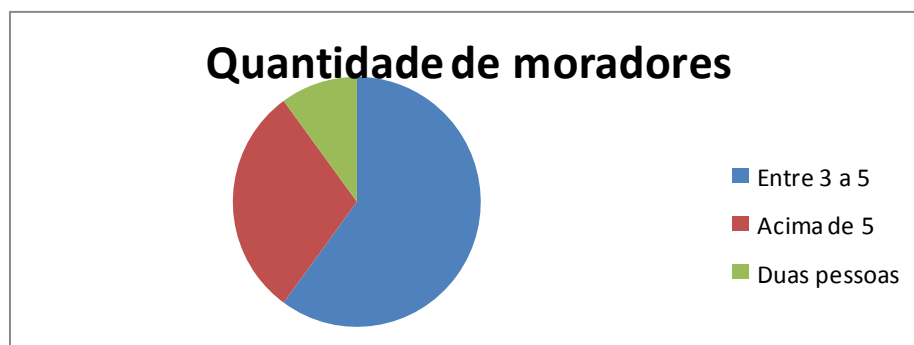
NÍVEL DE ENSINO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Educação Infantil	84
Ensino Fundamental I	445
Ensino Fundamental II	396
Educação de Jovens e Adultos	174

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da matrícula inicial 2013.

Apresentando ainda uma demanda reprimida anualmente por ser a única escola pública do bairro.

Da clientela 120 alunos estão inclusos no atendimento do Programa Mais Educação. Os gráficos a seguir traçam o perfil sócio-econômico dos alunos entrevistados totalizando os alunos atendidos pelo Programa na referida escola. A idade dos alunos varia de 09 (nove) a 12 (doze) anos, sendo que 40% do sexo masculino e 60% do sexo feminino. Para tanto realizamos grupos focais para as perguntas abertas e recebemos o questionário com as perguntas fechadas.

Gráfico 4: Perfil sócio – econômico dos alunos, referente à quantidade de pessoas residentes.

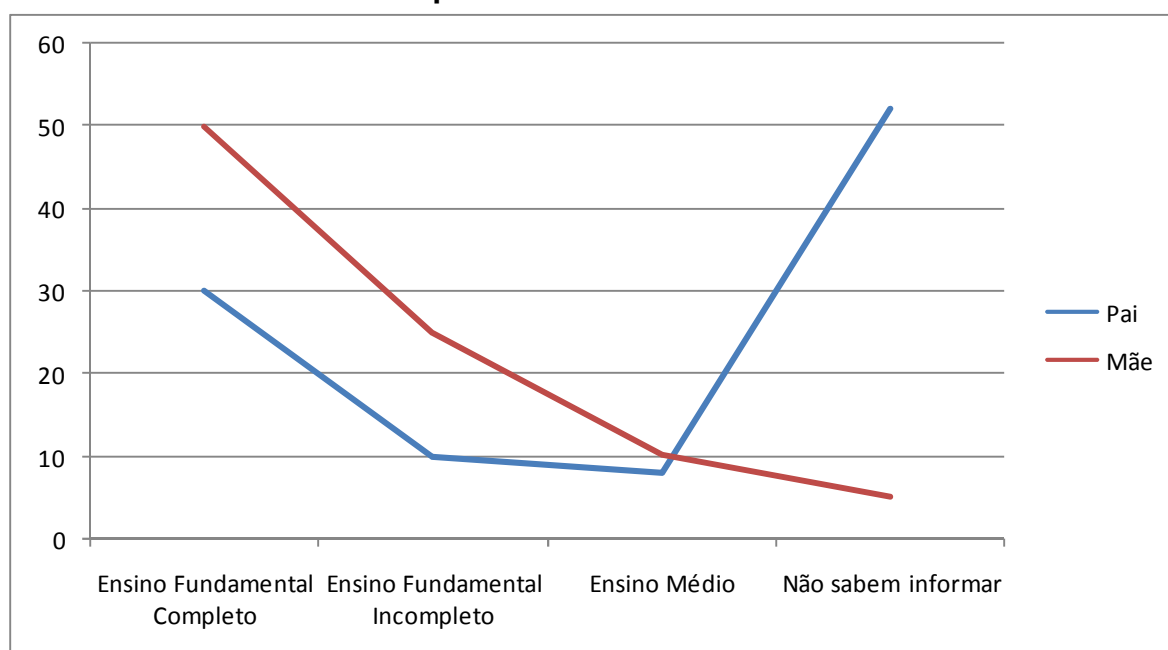


Fonte: Elaborado pela autora.

Perguntamos aos alunos quantas pessoas residiam em sua casa além deles, nos intervalos de 3 (três) a 5 (cinco) pessoas, acima de 5 (cinco) pessoas e duas pessoas. Desses 60% moram com 3 (três) a 5 (cinco) pessoas, 30% acima de 5 (cinco) e 10% com duas pessoas. Demonstram que as residências são compostas por um número grande de pessoas dividindo o mesmo espaço o que conseqüentemente possibilita conflitos cotidianos, que resultam em baixos índices de acompanhamento e estudos domiciliares.

O gráfico seguinte aponta a escolaridade dos pais.

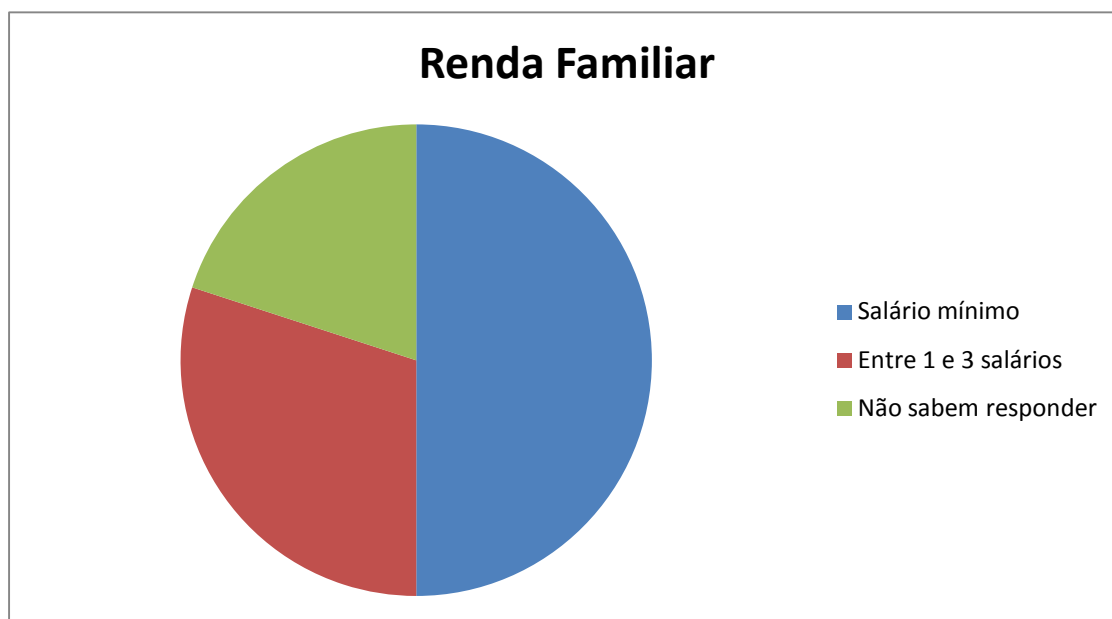
Gráfico 5: Escolaridade dos pais dos alunos.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Podemos observar que o índice de escolaridade das mães é maior que dos pais, enquanto 50% das mães têm o ensino fundamental completo os pais representam 30%; no ensino médio a realidade permanece sendo que 10% das mães finalizaram este nível de escolaridade enquanto que 8% dos pais o fizeram. Dos alunos que responderam ao questionário 48% não sabiam responder a escolaridade do pai, fato que não estava diretamente relacionado com a convivência ou não com o pai e 5% não sabiam informar a escolaridade da mãe.

O poder aquisitivo das pessoas determina por vezes as oportunidades de acesso a bens materiais e culturais; essa pesquisa aponta baixo índice econômico dos alunos entrevistados, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 6: Renda familiar dos alunos.

Fonte: Elaborado pela autora.

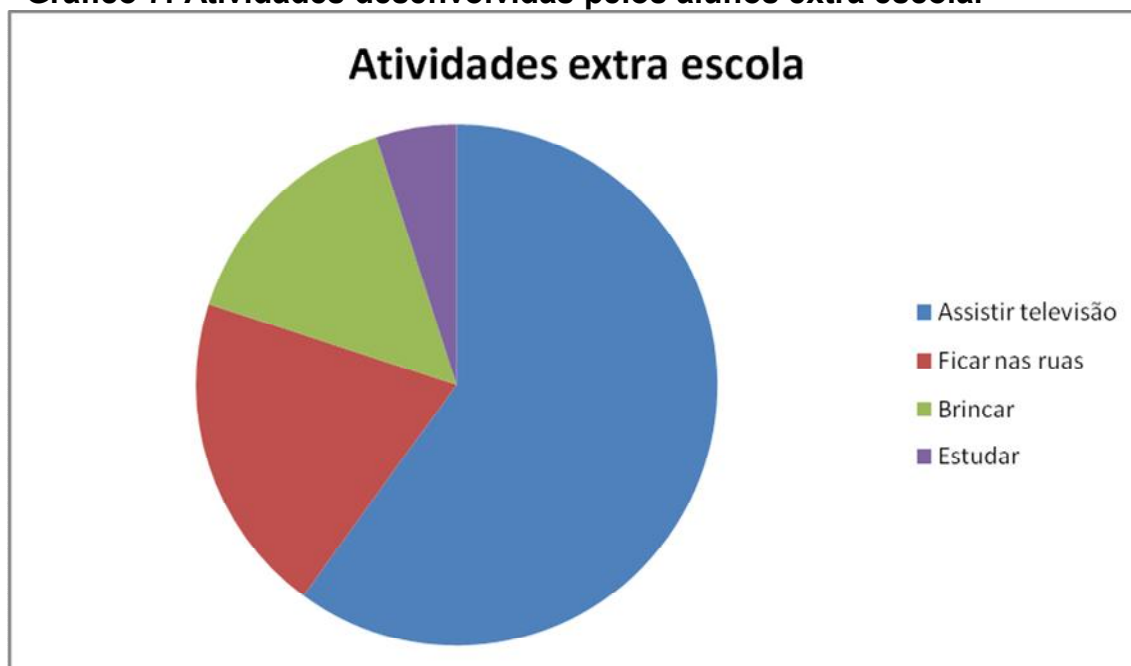
Podemos observar que 50% dos alunos apresentam renda familiar de um salário mínimo e que ainda, segundo relatos dos alunos, são integrantes do Programa Bolsa Família do Governo Federal¹⁹, 30% têm renda familiar entre um e três salários e 20% não sabem responder.

A dificuldade no acompanhamento escolar pelas famílias tem origem no contexto e cotidiano destes, o gráfico seguinte mostra a dinâmica dos alunos nas atividades extra escola, em casa, na comunidade ou no bairro.

Variados aspectos influenciam e são determinantes para o desenvolvimento integral dos alunos entre eles estão os momentos extra escola, porém esta pesquisa aponta que os alunos valorizam o tempo fora da escola em primeiro lugar assistir televisão, depois ficam nas ruas, brincam e por fim estudam em domicílio.

¹⁹ Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Gráfico 7: Atividades desenvolvidas pelos alunos extra escola.



Fonte: Elaborado pela autora

Dos entrevistados 60% passam as horas fora da escola assistindo televisão, 20% ficam pelas ruas, andando sem objetivo, conversando nas calçadas e outras atividades, 15% brincam com colegas, irmãos ou primos e 5% estudam; lêem livros, revistas, realizam as atividades de casa.

Uma mãe relatou: “olhe, nessa esquina fica um grupo grande de desocupados de todas as idades, não posso nem cochilar depois do almoço”.

Portanto podemos perceber que com a oferta de atividades diversificadas, lúdicas e que vão ao encontro do interesse dos alunos, a escola passa a ter um significado maior para a comunidade a qual ela está inserida.

3.3 O processo de implementação do Programa Mais Educação: possibilidades e desafios

Com a intenção de alcançar aos índices propostos pelo IDEB, o grupo gestor compreendido pela direção e coordenação pedagógica propôs inicialmente ao conselho escolar e comunidade o Programa Mais Educação como alternativa, pois contemplava as áreas críticas do campo pedagógico e ações do PDE.

Debates com os diversos atores, professores, alunos, pais e funcionários acerca das concepções que envolviam o Programa Mais Educação foram estabelecidos com o intuito de esclarecimento e adesão de todos os agentes que se

envolveriam no funcionamento do programa, objetivando maior clareza nas ações e parceria no que se referia à alteração na rotina da escola.

Uma vez superada a fase de sensibilização para implementação, avançaram para escolha da professora que exerceria a coordenação do Programa na escola através de indicação da direção e conselho escolar, tendo sido aclamada a professora Alice.

O passo seguinte foi a seleção dos monitores. A orientação era que deveriam ser preferencialmente universitários, que receberiam um ressarcimento de R\$ 60,00 (sessenta reais) para transporte e alimentação, por turma com carga horária de 3h semanais, podendo ser monitor de até cinco turmas. A adesão dos monitores foi satisfatória, conseguimos os profissionais na própria comunidade, muitos com qualificação superior e técnica.

Reuniões de pais ou responsáveis foram realizadas para que estes entendessem o processo e cooperassem com a escola no tocante ao desenvolvimento integral de seus filhos. Os pais receberam o Programa com confiança e esperança, pois seus filhos puderam passar mais tempo na escola, e com isso desenvolver-se não só no sentido cognitivo, mas também no processo social e cultural.

“Assim eu trabalho tranquila, pois sei que minha filha está segura na escola e aprendendo para ter um futuro melhor que o meu”. Palavras da senhora Vera, mãe de aluna do 3º ano e participante do Programa.

Os alunos perceberam o quanto a escola tinha a oferecer e também o quanto eles poderiam contribuir para isso. As oportunidades de lazer e cultura foram essenciais para uma melhora na auto-estima e ao longo do processo foi visível o efeito na sala de aula: o comportamento, comprometimento e aprendizagem.

“Gosto de ficar na escola, as professoras me mostram um mundo diferente da minha casa”. Aluna do 5º ano.

As dificuldades encontradas foram quanto à estrutura física no que se refere à ampliação dos espaços e adaptação da nova rotina estabelecida, pois os alunos do ensino regular não podiam ter suas aulas interferidas pelos alunos que estavam no contra turno escolar nas atividades do programa como também a participação de alguns alunos-alvos.

As alternativas encontradas para superação das dificuldades foi a de dividir alguns espaços, como o auditório, biblioteca, sala de informática e ainda adequar outros.

Reuniões de sensibilização e amostras dos trabalhos realizados serviram de incentivo para o engajamento de mais alunos e os resultados conseguidos empolgaram toda a comunidade dando ânimo para continuidade.

Percebemos que o maior incentivo é a possibilidade de desenvolvimento e a oportunidade de mudança na qualidade de vida das pessoas.

3.4 A atuação dos sujeitos envolvidos do processo de implementação do Programa Mais Educação

Como colocado anteriormente, as relações estabelecidas através dos processos vivenciados para execução do Programa constituem nos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no Programa. Esta atuação requer a compreensão do contexto das interações entre os diversos atores sociais envolvidos: executores do Programa, comunidade escolar e famílias.

Assim, cabe aqui discorrer sobre cada um e sua atuação na contribuição no processo de construção de uma educação de qualidade através da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem, proporcionada pelo Programa Mais Educação como estratégia de educação integral na Escola Municipal Casimiro Montenegro.

Uma vez aderido ao Programa Mais Educação, o município de Fortaleza de 2008 a 2012 propôs um modelo de gestão do programa composto por coordenador na SME, aquele que possibilita a articulação entre o MEC – SME – SER – Escola, orientando as escolas na prestação de contas e respondendo às demandas.

Conseqüentemente, cada Distrito de Educação tem designado um técnico para o acompanhamento do Programa nas escolas, respondendo às demandas oriundas de cada escola e coletivamente, além de articular-se com a SME.

No âmbito escolar temos universo maior de sujeitos envolvidos, desde diretor, coordenador do programa, coordenador pedagógico, professores, funcionários, monitores, alunos e famílias, cada um destes com atribuições e competências distintas, porém indispensáveis um aos outros.

Por fim a comunidade local determinada pelos agentes externos à escola que contribuem para a execução do programa como: presidentes de associações, agentes comunitários, voluntários, entre outros.

Especificando a atuação dos sujeitos a nível micro, na escola e comunidade, uma vez que o macro (Secretarias) é responsável em sua essência por questões de ordem burocrática e documental.

O diretor escolar tem como atribuição administrar as demandas do Programa na escola, articular a proposta pedagógica, executar e prestar contas do recurso financeiro, contribuir na seleção de monitores, acompanhar as atividades do programa e gerir desafios.

O coordenador do programa é um professor pedagogo escolhido pela gestão e o Conselho Escolar, para prestar assessoria técnico-pedagógica aos segmentos da comunidade escolar na implementação e desenvolvimento do programa, orientar o trabalho dos monitores, participar dos processos formativos voltados ao seu aperfeiçoamento profissional, coordenar o processo ensino-aprendizagem, assegurar a integração das atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho.

O coordenador pedagógico em regime de colaboração com o coordenador do Programa deverá acompanhar, sistematicamente, em articulação com os professores e monitores, o desenvolvimento das crianças, identificando as dificuldades e encaminhando estratégias de superação do problema, participar, na esfera de sua competência, do planejamento e acompanhamento das ações formativas voltadas aos professores e monitores.

Professores da escola devem apresentar as demandas de aprendizagem dos alunos atendidos pelo programa, com o intuito de planejar atividades que superem estas dificuldades, além de informar ao coordenador do programa o conteúdo programático de sala de aula para subsidiar o planejamento das atividades do Programa.

Funcionários contribuem para a efetividade do programa e bom funcionamento das atividades.

Monitores oficinairos e voluntários, selecionados entre os moradores da comunidade e regiões adjacentes, integrantes das entidades parceiras que participam de capacitações periódicas, desenvolvem as atividades de acordo com o planejamento e proposta pedagógica objetivando a educação integral dos alunos.

Alunos e famílias parceiros da escola na co-responsabilidade de educar os alunos, importantíssimos para o desenvolvimento, pois a família é a base para o sucesso do processo educacional e os alunos o foco.

Segundo a LDB, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art. 1º), ampliando os espaços e práticas educativas vigentes.

Em entrevista a diretora de escola na ocasião, a professora Romana defende sua opinião de que “a concepção de Educação Integral, proposta pelo Programa Mais Educação, reafirma a ideia de que a educação é imprescindível para a formação humana desempenhando um papel significativo, que não se restringe ao espaço físico da escola”.

Nesse sentido reconhece que os estudantes são sujeitos de vivências e que dependem de processos educacionais intencionais e a escola tem o dever de buscar proporcionar as ações necessárias para que se concretize o desenvolvimento integral. Portanto numa democracia nenhuma obra supera a de educação, como coloca Anísio Teixeira.

3.5 Componentes do Programa Mais Educação e dinâmica local: lições a destacar

O Programa Mais Educação valoriza a gestão democrática, da qual todos os agentes envolvidos participam ativamente das etapas de planejamento, execução e fiscalização.

[...] para potencializar a construção da relação da escola com a comunidade o programa prevê que a direção fique com a incumbência de potencializar a participação de todos na gestão escolar, formando uma equipe democrática de trabalho, congregando sujeitos e agregando valores significativos. A gestão democrática segundo o documento é condição para a qualidade educativa [...] (NÓBREGA e SILVA, J.,2011, p. 14).

Diante deste contexto e a dinâmica local da Escola Municipal Casimiro Montenegro apresenta-se definida como ferramenta a articulação e integração dos diferentes setores, atores e políticas sociais envolvidos com a implementação do Programas Mais Educação.

O comitê local é constituído de professores da escola, pais de estudantes, representantes dos estudantes e representantes da comunidade, desempenhando o papel de instância permanente de debates acerca dos desafios e das possibilidades da Educação Integral.

Neste item iremos apresentar os desafios e as possibilidades observados durante esta pesquisa na Escola Municipal Casimiro Montenegro, como unidade escolar comprometida com a educação integral de seus alunos.

Os principais desafios no período de implementação do Programa se deram na instância de competência da gestão, no tocante à adaptação e otimização dos espaços ociosos. A dificuldade de encontrar na comunidade instituições que pudessem ser parceiras como instituições não governamentais foi outro entrave, uma vez que a instituição cederia o espaço para desenvolver as atividades, porém necessitaria de ajuda de custo para o pagamento de energia, água e alguns reparos causados pelo uso indevido por parte dos alunos.

Fato determinante para a escola optar em refazer os horários dos espaços existentes adequando ao horário do programa e assim não utilizar locais externos, demandando uma organização maior e até mesmo a diminuição de oportunidades do uso dos equipamentos como: biblioteca, sala de informática e auditório pelos alunos do turno regular.

A princípio, outra dificuldade apontada foi a não aceitação dos professores e funcionários da escola, temendo o aumento de trabalho; era o momento de resistência ao novo por desconhecer a proposta, bem como a concepção de educação integral a qual permeia o programa.

Selecionar monitores capacitados da comunidade e adjacências foi uma dificuldade apresentada momentaneamente logo após a divulgação da proposta. Voluntários, em sua maioria universitários, estiveram na escola apresentando currículos e participando de entrevistas.

A demora na aquisição e entrega dos kits devido aos itens e preços de referências serem diferentes dos encontrados no comércio de Fortaleza; situação superada rapidamente uma vez que os kits são sugestivos e podem ser adaptados a realidade local, contando observando se os novos itens se referem às atividades indicadas.

A não ampliação do número de manipuladores de alimentos para o preparo da alimentação destinada aos alunos do Programa, ficando a quantidade de

funcionários anteriores que providenciavam alimentação para os alunos no turno regular e agora acrescentou número de refeições e de alunos nos dois turnos.

Quantidade de trinta alunos por turma dificultando a adequação de espaços menores, devido às turmas serem numerosas.

O desafio de educar integralmente levou a escola a trabalhar com foco na superação destas dificuldades e a valorizar as possibilidades na melhoria da qualidade da educação ofertada por ela.

Sendo assim destacamos avanços consideráveis como:

- O reconhecimento da melhoria da aprendizagem do aluno por parte de seus professores;
- Entusiasmo e interesse por parte dos alunos em participar das atividades, sendo observado o despertar para a leitura;
- A escola vista pelos alunos e pais como um ambiente acolhedor;
- Visita aos pontos turísticos e culturais da cidade, como o Teatro José de Alencar e o Centro Cultural Dragão do Mar;
- Destacamos ainda as apresentações dos alunos e monitores em atividades integradas ao turno regular;
- A inovação do programa como suporte ao desenvolvimento das atividades curriculares;
- Ampliação do conhecimento acerca do bairro e suas peculiaridades; e
- A melhoria do relacionamento escola – aluno – família – comunidade.

Através do acompanhamento do comitê local, composto por representantes da Secretaria de Educação, Distrito Educacional, Escola e Comunidade, foram registrados os desafios e possibilidades aqui colocados e que valem ser ressaltados como pontos importantes no processo de implementação do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro.

Dados coletados a partir de entrevistas, como já explicitado, as relações estabelecidas através dos processos vivenciados para execução do Programa constituem nos atores envolvidos direta ou indiretamente no Programa. Esta atuação requer a compreensão do contexto das interações entre os diversos atores sociais envolvidos: executores do Programa, comunidade escolar e famílias.

Como definido anteriormente, participaram desta fase da pesquisa como sujeitos entrevistados 02 gestores, 01 monitor das oficinas, 01 professor efetivo, 01

representante de instituição intersetorial, 01 funcionário da escola, 01 presidente de conselho escolar, 02 alunos, 02 pais e 01 representante da comunidade.

Dos sujeitos participantes 80% dos entrevistados são do sexo feminino, gênero que ainda predomina entre os profissionais da educação. Além dos entrevistados formalmente há relatos de atores envolvidos no Programa, coletados durante as observações e conversas informais durante as visitas realizadas na escola e comunidade.

Iniciamos nossas buscas pelo processo de implantação do programa, no município de Fortaleza, passo que nos possibilitou entender que não foi uma construção específica para a realidade em questão.

“A Secretaria convocou as escolas para receber as orientações do programa. De início houve uma rejeição, sem conhecer o programa e estando meio alheio às coisas, procuravam saber por que a escola tinha que receber esse programa, como se fosse uma espécie de punição ou exposição de que a escola ia mal”. (Gestor 1)

Mesmo com a ideia de que a escola sozinha não consegue educar integralmente e que é necessária a articulação de parcerias com entidades públicas e privadas, sendo este um dos pressupostos presentes nas diretrizes do Programa, não invalida a escola da iniciativa educacional.

Contudo, diante do depoimento acima, cabe refletir se a escola, neste momento, tem condições objetivas de assumir a implementação de um programa complexo, que visa à transformação da cultura escolar, para educar integralmente.

Quanto às concepções sobre educação integral e o Programa Mais Educação, que os sujeitos envolvidos diretamente nas atividades do Programa apresentam, a que mais se sobressai é a perspectiva de tirar a criança da situação de risco em detrimento da educação integral.

“Eu digo que o Mais Educação foi pensado para que as crianças não fiquem na rua, porque quem fica na rua, acaba fazendo besteira. E com o programa, as crianças ficam na escola, e mesmo que elas não queiram, estão fazendo alguma coisa e os pais sabem que estão com as mentes ocupadas, que estão na escola, longe das drogas, da violência e tudo mais” (Monitor 1).

“A vantagem que a gente encontra no reforço, ou no mais educação é que os alunos sempre estão na escola, porque eles ficando lá, já se livram de muita coisa do mundo, muitas vezes os pais trabalham o dia todo, na parte da tarde ou da manhã eles ficam sós, aí já viu né” (mãe 1).

“Eu acho que é uma oportunidade de tirar essas crianças da rua, né, trazer elas pra um ambiente onde elas vão ter um aprendizado muito melhor, elas não vão estar sem ter o que fazer, elas vão estar aqui e aqui vão ter atividades pro aprendizado delas... na escola, eles têm um ambiente seguro e tranquilo, que fornece algo de melhor pra eles. Não sei se eles estando

longe daqui se seria a mesma coisa, eu acho que não. Eu acho que o ambiente que eles estariam seria outro” (Professor).
“Na cabeça deles, eles vem pra brincar. E acho que na minha também” (Funcionário 1).

Assim percebemos que o Programa Mais Educação, traz em sua essência perspectivas diferenciadas, dentre elas a ideia da escola que protege e tira a criança da rua, que cuida e educa. A outra se refere a uma concepção intersetorial, na qual a educação pode e deve ser realizada fora escola, articulando escola e comunidade, através de parcerias e co-responsabilização pela formação de suas crianças.

Como um dos propósitos desta pesquisa é analisar a concepção de intersetorialidade, chamou nossa atenção os trechos a seguir que tratam das repercussões decorrentes do Programa Mais Educação na dinâmica da comunidade.

“A organização não é ruim. Uma das coisas que poderia melhorar é a autorização para sair com os alunos, porque locais existem no bairro. A oficina do jornal da escola não pode ocorrer sem as notícias. É preciso um espaço apropriado para escrever.”(Monitor 1)
“É difícil você ficar com uma turma de 35 alunos em um ambiente que não é apropriado, tem oficina do lado, já tira a atenção daquele que tá em aula regular ou outra atividade como letramento, sendo que próximo a escola, três quarteirões tem uma igreja fechada”. (professor – presidente de conselho 1)

Embora uma das diretrizes do Programa Mais Educação seja a articulação da escola com os espaços comunitários onde está inserida, para a Escola Municipal Casimiro Montenegro este tem sido realmente um dos gargalos no desenvolvimento das atividades. É preciso considerar que esta unidade de ensino é tão usada pela comunidade quanto pelos alunos.

“Porém, o grande desafio está em administrar as subjetividades e contradições de cada realidade, de uma forma geral, em larga escala, como pretende o Programa Mais Educação para todo o sistema público nacional” (CAVALIERE, 2010, p. 8).

Devemos considerar os desafios que se impõem como no tocante a estrutura física da escola que desenvolve o Programa.

“Não negamos o avanço que Fortaleza tem dado nessa questão, novas escolas, extinção dos anexos, interdição de quadras em risco, aumento na quantidade de salas de aula, mas ainda temos muito a percorrer, em tempo, das novas escolas construídas na última gestão nenhuma, ou somente uma foi pensada com a possibilidade da educação integral, mesmo assim apresentando deficiências, porém sabemos que para o desenvolvimento da Educação Integral de nossos alunos temos que pensar na construção desse

novo parque escolar e na adaptação do já existente como demanda urgente” (Técnico da SME 1).

Durante entrevista com a gestora escolar ela relata que:

“por vezes me solicitaram relatórios, fotos, justificativas, dizendo que estes seriam para documentar o processo de reforma e cobertura da quadra, cansei de esperar e com a verba deste ano, mandei pintar, fazer as marcações, reboquei onde estava caindo, mas isso não retirou o medo da cobertura cair, por ser de ferro, e que Deus me livre machucar alguém” (gestor escolar 1).

Percebemos, portanto uma desarticulação entre o que propõe o Programa e sua excussão, pois como a escola pode exercer o papel de protagonista do trabalho pedagógico à luz da concepção de educação integral quando não lhe é oportunizado recursos para adaptações.

Aspecto determinante para a implementação do Programa é o tratamento pedagógico com o qual os atores interagem e articulam as atividades de forma que um contribua para o alcance dos objetivos do outro. Entretanto em relatos como os abaixo, expressam o oposto do que se propõe.

“Com relação ao planejamento, nunca houve esse entrosamento entre o professor e o monitor” (Coordenador do Programa na escola 1);

“Eu sou muito na minha, a gente se cumprimenta, mas não tem aquela coisa de ficar conversando. Nunca planejamos. O nosso contato é mínimo” (professor 1);

“Sinceramente eu não tenho contato nenhum com professores. Até na sala deles eu pouco entrei, se entrei foi para pegar algum material, mas eu vejo os demais monitores sempre conversando com professores nem que seja para ouvir as reclamações que o aluno tal ta assim ou assado” (monitor 1).

Ao mesmo tempo em que contradiz como o depoimento da professora 2.

“Meus alunos têm apresentado melhorias na aprendizagem, atenção e leitura, depois do Mais Educação”.

Em suas diretrizes, o Programa Mais Educação valoriza a ampliação do tempo e do espaço educativo, e entendemos que a articulação entre o horário regular e o do Programa no que se refere à suplementação de acesso ao conhecimento, como forma de refletir na aprendizagem dos alunos.

A articulação na comunidade, a visão dos pais evidenciados nos relatos a seguir, demonstram que estes confiam na escola como ambiente seguro, que

possibilita aprendizagem para seus filhos e que implicam também em uma perspectiva de melhor futuro.

“no meu tempo não tinha isso não, ou fazia os deveres ou apanhava, desisti cedo de estudar, sem oportunidade ninguém tem futuro, (...) ainda bem que com meu filho vai ser diferente” (mãe de aluno 1).

”sabe fico calma em saber que ela está na escola sem correr o risco de ficar sozinha em casa, o bairro é perigoso” (pai de aluna 1).

“Já pensou vivo mandando meu filho estudar agora o caboco tem que estudar porque passa o dia todo no colégio, tem aula, reforço, lanche e outras coisas que não consigo explicar, mas sei, porque a diretora já explicou” (mãe de aluno 1).

A comunidade por sua vez, exemplifica o Programa como algo bom, uma política pública consciente e interessada na melhoria da qualidade de vida dos alunos. Conforme depoimentos:

“As políticas públicas para educação abrangem esferas do setor público de forma integrada, fico feliz quando vejo os alunos aqui no posto em busca de informações, que serão amplamente divulgadas através de seu jornal, peço sempre para me trazerem um exemplar” (Representante de Instituição Intersetorial 1).

“Uma vez encontrei os alunos distribuindo panfletos na rua sobre o meio ambiente, eles estavam com um professor, achei muito legal” (agente comunitário de saúde 1).

Para o trabalho com as crianças optamos pela técnica dos Grupos focais, e tal fato se justifica por ser a estratégia que mais se adequava à coleta de informações junto aos grupos de crianças envolvidas no Programa, por terem idades entre oito e doze anos.

De forma simples, as crianças que participaram ativamente destes momentos informando dados importantes e alguns já colhidos durante entrevistas e a observação direta e participativa.

O grupo focal teve a seguinte condução: com grupos de dez alunos sentados em círculo na sala de informática, iniciamos com uma dinâmica de integração, objetivando relaxar as crianças, posteriormente falamos sobre como era a escola para eles e o que gostavam mais e o que acreditavam que precisava melhorar. Somente depois debatemos sobre o Programa Mais Educação, suas atividades, monitores, envolvimento e principalmente o que estes aspectos e momentos significam para eles.

Foram momentos satisfatórios, nos quais nos oportunizou colher dados segundo o olhar dos principais atores envolvidos pelo programa, enfatizando assim a voz dos sujeitos.

Pela conversa com as crianças, podemos concluir que elas confundem a natureza do programa, considerando como opção de lazer e entretenimento dentro da escola.

“é bom ficar com as amigas na escola, brincando e fazendo reforço” (aluna 2).

“Quando não tem mais educação, fico sem ter o que fazer de tarde” (aluno 3).

“só não gosto quando eu to com sono, ai queria ficar em casa ” (aluna 2).

“acho que pode ter televisão e vídeo game, dia de sexta-feira” (aluna 4).

Há evidências nas falas de que a concepção que vendem para eles é esta de que na escola um turno é para aprender, passar de ano, ter bom desempenho nas avaliações externas e no outro é para ser “cuidado” pela escola, quando na realidade dever ser valorizado cada momento escolar com oportunidade de construir um processo de mais educação.

3.5.1 Intersetorialidade e Educação Integral

No Brasil, a necessidade de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, foi o marco para iniciativas de construção de espaços públicos além da criação e institucionalidade de meios como conselhos, fóruns, entre outros.

Dentre estes espaços, há aqueles que “visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas e interesses até então excluídos de uma agenda pública” e outros “que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal” (DAGNINO, 2002, p. 10).

Partindo deste princípio a Educação Integral passa a compor a agenda intersetorial uma vez que não podemos separar o indivíduo e trabalhar isoladamente, fragmentado e sem perspectiva comum: “A escola, nesta concepção, não executa sozinha todo o programa, mas se articula com outros atores sociais na ampliação de tempos, espaços e oportunidades para os alunos nela matriculados” (Salto para o Futuro, 2008).

A busca pelo trabalho intersetorial envolve a criação de espaços de comunicação e negociação, que inclusive consiga gerenciar conflitos e administrar interesses para que finalmente, se chegue a algum resultado expressivo, seja esse resultado avaliado através do diálogo entre as lógicas do resultado ou enfrentamento

do problema, na acumulação de forças, na construção dos sujeitos e na descoberta das possibilidades de ação.

Segundo Inojosa os espaços da intersectorialidade são lugares de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas formas de agir que não se encontram estabelecidas ou suficientemente experimentadas.

Entre os autores que chamam a atenção para as concepções de intersectorialidade destaco Koga (2003, p. 238); a intersectorialidade sobressai enquanto caminho de perspectiva para a política pública, a fim de articular as políticas sociais, urbanas, econômicas de forma a atuarem nos mesmos territórios prioritários da política da cidade.

A definição de território segundo o dicionário Aurélio é a base geográfica do Estado sobre o qual ele exerce a sua soberania. Tanto Koga (2003) quanto Ribeiro (2007) e Sposati (2006) admitem ser o território local privilegiado para realizar a articulação entre as políticas de desenvolvimento urbano e as sociais por considerarem importante a presença dos sujeitos que são alvo das referidas políticas, bem como a valorização desses sujeitos no atendimento aos direitos sociais por eles demandados.

[...] a mudança de atitude frente a um novo paradigma de educação enquanto responsabilidade e compromisso coletivos, que envolve a concentração de esforços e a convergência de programas e políticas, tanto no âmbito macro como no micro, [que] pode inaugurar um interessante e importante momento da construção de uma identidade coletiva, local e global, cujo eixo é a busca permanente de uma sociedade democrática e igualitária (TITTON, 2008, p. 33).

Segundo Nascimento é por meio da realidade cotidiana que se pode conseguir vislumbrar possibilidades e limites para a intersectorialidade, pois o processo reflexivo é anterior à prática, mas se articula o tempo todo para a construção de novas visões e interações.

Nessa perspectiva as redes surgem como uma alternativa para estruturar a intersectorialidade em ações coletivas. Através das redes intersectoriais as organizações estão conseguindo multiplicar iniciativas, trabalhar sua diversidade e segmentação. Portanto não se pode pensar em promoção do desenvolvimento desprezando a construção de novos saberes, novas práticas de gestão das políticas públicas sociais e ainda novas estratégias com o mesmo fim.

Guará classifica os tipos de redes que podemos observar em um determinado território. Conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Classificação das redes sociais.

TIPOS DE REDE
REDE SOCIAL ESPONTÂNEA: Constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.
REDES SÓCIO-COMUNITÁRIAS: constituída por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.
REDE SOCIAL MOVIMENTALISTA: constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.
REDES SETORIAIS PÚBLICAS: são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.
REDES DE SERVIÇOS PRIVADOS: constituída por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.
REDES REGIONAIS: constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.
REDES INTERSETORIAIS*: são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Fonte: Guará (1998).

Nesse contexto faz-se necessário reconhecer que em cada setor há limitações, apesar de cada um ter sua verdade, nenhum possui a totalidade. Daí a importância de potencializar as ações por meio do trabalho coletivo centrado na intersetorialidade, articulando as diversas políticas para a resolução dos problemas.

Assim a educação integral não pode se distanciar da agenda em debate, pois o seu sucesso encontra-se vinculado às estratégias de implementação de

políticas públicas intersetoriais como as entre Educação, Saúde, Assistência Social, entre outras.

Quanto ao Programa Mais Educação, objetivo de estudo deste trabalho, em seu processo de implementação aderido pela Escola Municipal Casimiro Montenegro da Secretaria de Educação de Fortaleza, não deixa de contemplar em sua literatura a importância de buscar por meio da intersetorialidade o desenvolvimento integral dos alunos, tema que permeia as interpelações da pesquisa avaliativa, por meio de estudo de caso.

Como tratamos anteriormente, a escola, através de algumas atividades pontuais, apresentou indícios de um trabalho intersetorial, desenvolvido pelos alunos e monitores no intuito de elevar a qualidade de vida da comunidade e consequentemente de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, tecemos considerações empíricas, práticas e teóricas sobre o objeto de estudo. A reflexão das concepções de educação integral, intersectorialidade e do Programa Mais Educação, este último como estratégia para alcançar a qualidade da educação ofertada nas escolas públicas, possibilitando o desenvolvimento integral de seus alunos, permearam a pesquisa.

Observamos neste percurso que a ampliação do atendimento dos alunos no contra turno escolar, contemplou a otimização dos tempos e espaços, de forma a proporcionar impacto educacional e social, transformando o cotidiano dos alunos que outrora estavam em situação de vulnerabilidade social.

O cotidiano escolar transformado pela ampliação dos tempos escolares refletiu na dinâmica do bairro, através da redução de crianças e jovens nas ruas principalmente no turno da tarde. Os relatos indicaram que os alunos dormiam durante um bom período da manhã, acordavam próximo de ir à escola e os que estudavam pela manhã ficavam vagando nas ruas e esquinas durante a tarde, muitas vezes com atitudes duvidosas e na maioria das situações de perigo como exposição às drogas e violência.

O debate acerca da intersectorialidade foi necessário para que não se limitassem os marcos institucionais contendo os processos educativos. Apontando que a escola sozinha não consegue dar conta de educar integralmente, para tanto é imprescindível articular as instâncias possíveis que envolvem as políticas públicas educacionais e sociais.

Ficou clara a importância da integração escola e comunidade como indicativo do processo de inclusão social e educacional de nossos alunos, pois facilita o desenvolvimento integral dos beneficiários do programa.

A pesquisa de campo proporcionou observações significativas, que enriqueceram nossa visão a respeito das políticas públicas para educação, principalmente pelas entrevistas realizadas e pelos grupos focais.

A complexidade da realidade demonstrou a fragilidade no tocante à divisão ou descentralização da responsabilidade de educar integralmente, aspectos como a velocidade da evolução tecnológica, a dinâmica familiar acelerada, os conflitos internos e externos inerentes do sujeito mostram-se como alguns desafios.

Os resultados apontam que a educação representa um vasto campo de possibilidades de vivências e construção do conhecimento.

A pesquisa revelou a visão que os alunos têm dos objetivos do programa mais educação. Alguns o entendem como uma possibilidade de ampliar os conhecimentos e oportunidades visando um futuro “menos incerto”, ou seja, visualizam as atividades do programa equivalentes a algo como uma preparação para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades e crescimento através das relações interpessoais.

Outros afirmam como “castigo, minha mãe me obriga a vir, porque não posso brincar com meus amigos”. Percebemos que para esse aluno não há significado a participação das atividades, talvez ele não compreenda que passa por fases diferentes na vida que interferem diretamente no seu processo de desenvolvimento.

No que se refere à intersetorialidade fica evidente a busca por parcerias, quando da realização de atividade de pesquisa; os alunos realizaram visitas ao posto de saúde em busca de informações como marcação de consultas, exames e possibilidade de médico na escola para visitas sistemáticas, assim como a presença de dentistas objetivando momentos de escovação e aplicação de flúor. As atividades poderiam ter um envolvimento maior com a comunidade e de outros setores de políticas públicas, grifo meu como proposta de aperfeiçoamento.

As atividades desenvolvidas através do Programa Mais Educação na Escola Municipal Casimiro Montenegro, de forma geral, têm contribuído para a formação dos alunos, porém observamos situações em que se apresentam isoladas de um contexto maior, não contemplando em sua práxis a integralidade do desenvolvimento dos alunos como orientação a ser seguida, mostrando assim que esse princípio fundamental que deve embasar todas as ações do programa está sendo desprezado em várias práticas cotidianas.

Percebo a urgência na ampliação da oferta da educação integral para o público adolescente, uma vez que aquela está voltada para as crianças, respeitando a adequação das atividades para essa fase do desenvolvimento humano.

As atividades devem ser vinculadas à concepção de educação integral adotada pela escola e o Projeto Político Pedagógico, evitando o isolamento das atividades, buscando uma maior interdisciplinaridade, e principalmente não

negligenciar que há um potencial de estratégias e recursos para desenvolver a intersetorialidade.

A pesquisa aponta para que se construa uma nova compreensão sobre os papéis da escola, dos alunos, da comunidade e do conhecimento sobre os quais se constitui a relação ensino aprendizagem, base de toda atividade educativa.

Enquanto professora do sistema municipal de ensino de Fortaleza, considero a realização desse estudo como nova forma de contribuir para o fortalecimento dessa rede, agora não na condição docente, mas como pesquisadora. Mesmo sendo esse outro papel um grande desafio, compreendo que o servidor público precisa preocupar-se com o aprofundamento teórico, através da construção de conhecimento oriundo da prática. Por isso, me dispus a realizar essa investigação acreditando que iria enriquecer minha prática como educadora e do local onde a pesquisa seria realizada.

Por fim, os resultados aqui mencionados podem oferecer subsídios para a tomada de decisão por parte dos planejadores de políticas públicas para educação, visando à melhoria dos serviços educacionais e, conseqüentemente, do desempenho escolar dos alunos, contribuindo, assim, para construir uma educação integral de qualidade, como direito e condição primeira para reduzir as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria José; ANDER –EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. Ed. Petrópolis. Vozes, 1994, P.17.

ARRECH, Marta Teresa da Silva; **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2000

AZEVEDO, Fernando de (et al). **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17 e nº 19**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Lei nº 8.069/1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Brasília, 1990.

_____. MEC. **Gestão Intersectorial no Território**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Rede de Saberes Mais Educação. **Texto Referência para o Debate Nacional**. Brasília, 2009.

_____. MEC. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007.

_____. MEC. **Manual do Programa Mais Educação**. Brasília, 2007.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Educação integral : texto referência para o debate nacional**. - Brasília: MEC, Secad, 2009. 52 p.: il. – (Série Mais Educação) ISBN 978-85-60731-74-9

_____. MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 2001

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura. **Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para prática**. Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVIII, nº 92, 2007.

CAVALIERE, Ana Maria. **Em busca do tempo de aprender**. Cadernos Cenpec, n. 2, 2006.

_____. **Anísio Teixeira e educação integral**. (2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>.

_____. **Escolas de tempo integral: Uma ideia forte, uma experiência frágil**
In: A. M. Cavaliere & L. M. C. Coelho (Orgs), Educação brasileira em tempo integral.
Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação
Social, Campinas, vol.28, n.100 – Especial, 2000 Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>

CENPEC, 2011. **Tendências para a educação integral.** São Paulo: Fundação Itaú
Social.

COHEN, E. ; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, **2000.**

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São
Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DEWEY, John. **Democracia e educação.** Tradução de Godofredo Rangel e Anísio
Teixeira. 3° ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo.**
Cadernos de Pesquisa, Campinas, n. 115, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo. Editora Cortez, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo:
Atlas, 2007.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa; CARVALHO, M. C. B. **Gestão municipal dos serviços
de atenção a criança e ao adolescente.** São Paulo: IEE/PUC – SP, 1997.

_____. **É imprescindível educar integralmente.** In: Caderno CENPEC, n.2,
2006.

_____. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na
escola e além da escola.** Disponível em: [http://
http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1471/1220](http://http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1471/1220).

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 5ª
edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Parte I. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOUSE, E. R. **Evaluating with validity.** Beverly Hills: Jossey Bass, 1980.

INOJOSA, Rose Marie. **Intersectorialidade e a configuração de um novo
paradigma organizacional.** RAP, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 1998.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vivido**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

LIMA, Hermes. Anísio Teixeira In AZEVEDO, Fernando de e outros. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.

MARTINS, Gilberto Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ºed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira de. **Políticas Públicas, financiamento e democratização da educação superior: avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins – 2011**.

MENEZES, Naércio Aquino. [palestra apresentada] Mesa: monitoramento e avaliação de resultados: parâmetros no acompanhamento e apreciação de políticas públicas de educação integral. In: **SEMINÁRIO TECENDO REDES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL**, São Paulo, 2006. Disponível em: [HTTP:WWW.cenpec.org.br/memorial/tecendoredesseminario](http://www.cenpec.org.br/memorial/tecendoredesseminario).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Orientação de metodologia científica para produção de trabalhos acadêmicos**. Disponível em: [HTTP://www2.anhembibr.com.br](http://www2.anhembibr.com.br). Acesso em 06 jun. 2011.

MOJONE, Giandomenico; WILDAVSKY, Aron. **Implementation as Evolution**. 3ª Ed. Berkeley. University of California Press, 1984.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil direitos a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2012.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a intersectorialidade**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>. Serv. Soc. Soc. no. 101 São Paulo Jan./Mar. 2010. Acesso em 06 de Jun. 2012.

NÓBREGA, S.A.; SILVA, J. A. A. **Formação continuada e valorização de educadores na educação integral: experiências no Brasil**. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA 2011, Recife - PE. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos>. Acesso em: 25 out. 2011.

Nunes, Clarice. **Educação conformada: a política pública de educação no Brasil**. Rev. Bras. Educ., Ago 2001, no. 17, p.139-141. ISSN 1413-2478.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi e SPENGLER, Fabiana Marion. **UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DO CONFLITO COMO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA**. REVISTA DO DIREITO UNISC, SANTA CRUZ DO SUL Nº 35 | P. 03-18 | JAN-JUN 2011.

PÁDUA, Ligia Teresa Saramago. **A Topologia do Ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Heidegger**. Departamento de Filosofia, Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

RABELO, Marta Klumb Oliveira. **7ª antologia de contos: autores contemporâneos**. Rio de Janeiro: CBJE, 2005.

RODRIGUES, Lea C. **Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios**. Pág. 55 – 73. CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, março 2011. Disponível em <www.cchla.ufpb.br/caos> Acesso em 28 de outubro de 2012.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo, Publifolha, 2010.

SALTO PARA O FUTURO - **Educação Integral e Intersetorialidade**. Série. Disponível em: www.tvescola.mec.gov.br. 2008

SÁ, Elizabet Dias de. **A Insustentável Leveza do Braille**. Anais do I Simpósio Brasileiro sobre o Sistema Braille, Salvador, 2006.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Políticas públicas e sociedade**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.100p.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson S. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**-3ªed. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001.

SILVA E SILVA. Maria Ozanira. **Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conceito teórico e metodológico da pesquisa avaliativa**. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira (org). Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos. São Paulo. Veras Editora, 2008.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SIMONETTI, Amália. **O desafio de alfabetizar e letrar**. Fortaleza, Editora IMEPH. 3ª Ed. 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização em processo**. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 1998.
SPOSATI, Aldaíza. **Gestão Pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v.27, n.85, Cortez Editora, São Paulo, 2006.

TENÓRIO, Aleir Ferraz; SCHELBAUER, Anaete Regina. **A Defesa Pela Educação Integral Na Obra De Anísio Teixeira**. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada. Acesso em: 01/02/2013

TITTON, Maria Beatriz Pauperio. **Profissionais da educação integral: que atores e que formação entram nesse jogo? Educação Integral**. Salto para o futuro. Ano XVIII. N. 13. ago de 2008.

TORRES, R. M. **A educação em função do desenvolvimento local da aprendizagem**. In: Muitos Lugares para Aprender. UNICEF, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Worthen, BR, Sanders, JR, de Fitzpatrick, JL . **Avaliação do Programa: abordagens alternativas e orientações práticas**. (2nd Ed.). White Plains, NY: Addison Wesley Longman. 1997.

UECE; UFC. **Cartilha da Regional IV**; Uma publicação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará-LabVida-UECE, Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará-COVIO-UECE, Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará-LEV-UFC.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos. (2Ed.)**. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos. (3Ed.)**. Porto Alegre: Bookman. 2005.

YIN, Robert K. **Applications of case study research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 1993.

TEIXEIRA, Anísio. **Uma experiência de educação primária integral no Brasil**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, n. 87, v. 38, p. 21-33, 1962.

_____ **Educação não é privilégio**, Editora nacional, São Paulo, 1971.

_____ **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

_____ **Educação é um direito**, Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1996.

APÊNDICE I

Roteiros para as entrevistas

A vinculação com o Programa, contextos, concepções e os históricos de vida diferenciados devem ser considerados no ato do planejamento e execução da entrevista. Vale ressaltar que o foco deverá ser o mesmo, porém a abordagem, diferenciada.

Roteiro de entrevista para sujeitos executores do Programa:

- Identificar o grau de participação do entrevistado na elaboração e implementação do Programa Mais Educação em Fortaleza;
- Analisar a compreensão que o entrevistado tem sobre o Programa;
- Investigar a concepção que o entrevistado tem de Educação Integral; e
- Identificar como o entrevistado entende o papel das instituições na execução do Programa.

Roteiro de entrevista para representantes das famílias e comunidade escolar:

- Investigar a concepção que o entrevistado tem de Educação Integral;
- Identificar como o entrevistado define o papel das instituições que desenvolvem o Programa;
- Verificar se o entrevistado conhece ou participa do Programa Mais Educação; e
- Analisar a compreensão que o entrevistado tem sobre o Programa.

APÊNDICE II
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Caro (a) aluno (a),

Este questionário integra uma pesquisa sobre o PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: avaliação do processo de implementação na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Casimiro Montenegro, junto aos estudantes. A pesquisa faz parte de minha dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. O questionário é simples e fácil de ser respondido. Suas respostas serão tratadas estatisticamente e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante.

1) Turma _____

Idade: _____ anos

2) Sexo:

() Feminino

() Masculino

3) Qual a sua cor? _____

4) Naturalidade (Estado ou Município): _____

5) Qual a escolaridade da sua mãe?

() Sem escolaridade

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

6) Qual a escolaridade do seu pai?

() Sem escolaridade

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

7) Somando a renda bruta de todas as pessoas do seu domicílio, incluindo você, que recebem algum tipo de renda (de trabalho, aposentadoria, pensão, benefício, bolsa etc.) qual é o total aproximado por mês?

Obs.: Utilize como base o salário mínimo (SM) federal.

- Até 1 SM
- Acima de 1 até 3 SM
- Acima de 3 até 5 SM

8) Quantas pessoas moram em seu domicílio?

- duas
- três a cinco
- acima de cinco

9) Com quantos anos você começou a estudar? _____ idade

10) O que você faz quando está em casa:

- Estuda
- Brinca
- Joga
- Fica na rua
- Assiste TV

11) Qual atividade do Programa você mais gosta?

12) Quais são os parceiros da escola no desenvolvimento das atividades?

13) Em sua opinião o Programa Mais Educação contribui para seu desenvolvimento?

14) Em sua visão quais têm sido as dificuldades e/ ou desafios para realização do Programa?

ANEXO I



Ministério
Da Educação

**PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007**

Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE E O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que o artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, garante às crianças e aos adolescentes a proteção integral e todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, segundo a Política Nacional de Assistência Social, o Estado deve prover proteção social à criança, ao adolescente e ao jovem, bem como a suas famílias, nas situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social, potencializando recursos individuais e coletivos capazes de contribuir para a superação de tais situações, resgate de seus direitos e alcance da autonomia;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade e risco a que estão submetidas parcelas consideráveis de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, relacionadas à pobreza, discriminação étnico-racial, baixa escolaridade, fragilização de vínculos, trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violação de direitos;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre as políticas sociais para a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, bem como o papel fundamental que a educação exerce nesse contexto;

CONSIDERANDO que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, de acordo com o art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO que o artigo 217 da Constituição Federal, define o esporte como dever do Estado e direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades esportivas como parte da formação integral de crianças, adolescentes e jovens;

CONSIDERANDO o caráter intersetorial das políticas de inclusão social e formação para a cidadania, bem como a co-responsabilidade de todos os entes federados em sua implementação e a necessidade de planejamento territorial das ações intersetoriais, de modo a promover sua articulação no âmbito local;

CONSIDERANDO o reconhecimento, por parte do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, do papel das atividades pedagógicas e sócio-educativas no contraturno escolar à prevenção de ruptura de vínculos familiares de crianças e adolescentes; e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da vivência escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta de novas atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento; resolvem:

Capítulo I Dos objetivos

Art. 1º Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes.

Art. 2º O Programa tem por finalidade:

I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa;

II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;

III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida;

IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social-SUAS;

V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade;

VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e

VIII - prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados de modo a estimular novas tecnologias e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria.

Capítulo II Da execução

Art. 3º O Programa Mais Educação promoverá a articulação de ações do Governo Federal que tenham como beneficiários crianças, adolescentes e jovens.

Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios:

I - Ministério da Educação;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Cultura; e

IV - Ministério do Esporte.

§ 1º Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa.

§ 2º O Programa Mais Educação poderá contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas, desde que as atividades sejam oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que estejam integradas ao projeto político-pedagógico das redes e escolas participantes.

§ 3º A participação no Programa Mais Educação não exime o ente federado das obrigações estabelecidas em cada uma das ações dos Ministérios integrantes do Programa.

Art. 5º O Programa Mais Educação será implementado por meio de:

I - articulação institucional e cooperação técnica entre Ministérios, Secretarias Federais e entes federados, visando a criação de um ambiente de interlocução e o estabelecimento de padrões de referência para o cumprimento das finalidades previstas no art. 2º desta Portaria.

II - assistência técnica e conceitual, por parte dos Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa, com ênfase na sensibilização e capacitação de gestores e fomento à articulação intersetorial local;

III - incentivo e apoio a projetos que visem à articulação de políticas sociais para a implementação de atividades sócio-educativas no contraturno escolar, com vistas a formação integral de crianças, adolescentes e jovens.

Capítulo III

Das diretrizes para o apoio a projetos e ações

Art. 6º O Programa Mais Educação visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações sócio-educativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que considerem as seguintes orientações:

I - contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;

II - promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;

III - integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;

IV - promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;

V - contribuir para a formação, a expressão e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;

VI - fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada;

VII - fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;

VIII - desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em regiões mais vulneráveis; e

IX - estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Capítulo IV

Das atribuições dos integrantes do Programa

Art. 7º Compete aos Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa Mais Educação na esfera federal:

I - promover a articulação institucional e a cooperação técnica entre Ministérios e Secretarias Federais, governos estaduais e municipais, visando o alcance dos objetivos do Programa;

II - prestar assistência técnica e conceitual na gestão e implementação dos projetos;

III - capacitar gestores e profissionais que atuarão no Programa;

IV - estimular parcerias nos setores público e privado visando à ampliação e ao aprimoramento do Programa; e

V - sensibilizar e orientar outros parceiros visando à integração de suas ações em curso ao Programa Mais Educação.

Art. 8º Cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem ao Programa Mais Educação observar o seguinte:

I - articular as ações de programas do Governo Federal, em curso em seus territórios e populações, com vistas a ampliar o tempo e os espaços educativos, de acordo com os projetos político-pedagógicos de suas redes de ensino e escolas;

II - articular, em seu âmbito de atuação, ações de outros programas de atendimento a crianças, adolescentes e jovens, com vistas às finalidades estabelecidas no artigo

2º desta Portaria;

III - mobilizar e estimular a comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio que contribuam para o alcance das finalidades do Programa; e

IV - colaborar com a qualificação e a capacitação de docentes, técnicos, gestores e outros profissionais, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa.

Art. 9º Fica instituído o Fórum Mais Educação, com a atribuição de coordenar a implementação do Programa.

§ 1º O Fórum será composto por representantes dos Ministérios ou Secretarias Federais que integrem ou venham a integrar o Programa Mais Educação.

§ 2º Cada Ministério ou Secretaria deverá indicar um representante para compor o Fórum.

§ 3º O Fórum será coordenado pelo MEC e terá caráter consultivo.

§ 4º O Fórum poderá convidar representantes das ações desenvolvidas pelos Ministérios participantes e de outros órgãos e instituições que possam contribuir na implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

Art. 10 Constituem atribuições do Fórum Mais Educação:

I - propor aos Ministérios, Secretarias Federais e outros órgãos, mecanismos para o aperfeiçoamento da contribuição de suas ações ao Programa;

II - fornecer subsídios para o planejamento territorial e populacional das ações do Programa, com o objetivo de ampliar sua escala, capilaridade, cobertura e efetividade; e

III - acompanhar a implementação do Programa gerando sua constante reavaliação, elaborando relatórios, pareceres e recomendações para seu aperfeiçoamento.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ORLANDO SILVA
Ministro de Estado dos Esportes

GILBERTO GIL
Ministro de Estado da Cultura

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.4.2007

